



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LENY MACIEL GRILO

**As tendências da relação entre classe, raça e sexo no contexto de avanço do
conservadorismo**

Natal/RN
2020

LENY MACIEL GRILO

As tendências da relação entre classe, raça e sexo no contexto de avanço do conservadorismo

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Silvana Mara de Moraes dos Santos

Natal/RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas – SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais
aplicadas – CCSA

Grilo, Leny Maciel.

As tendências da relação entre classe, raça e sexo no contexto de avanço do conservadorismo / Leny Maciel Grilo. - 2020.

78f.: il.

Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Natal, RN, 2020.

Orientadora: Profª Drª Silvana Mara de Moraes dos Santos.

1. Relações sociais - Monografia. 2. Consubstancialidade - Monografia. 3. Interseccionalidade - Monografia. I. Santos, Silvana Mara de Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 316.342.2

GRILO, Leny Maciel. **As tendências da relação entre classe, raça e sexo no contexto de avanço do conservadorismo.** Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Aprovado em: 15.12.20

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) Silvana Mara de Moraes dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof.(a) Dr.(a) Andrea Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof.(a) Dr.(a) Tassia Rejane Monte dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que estão e que estiveram presentes em minha vida. Pelo apoio, pelas trocas e pelo esforço consciente ou não de fazer avançar outras mulheres. Em especial a mamãe e a Sthefany.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãezinha linda e a minha irmã pelo amor e acolhimento que recarrega as minhas energias. Elas são, com seus defeitos e qualidades, o meu maior amor no mundo e a representação de mulheres fortes.

Agradeço à Lylianna Nunes. Pela rede e os litros de chocolate; pela brisa gostosa; as luzes de natal; por caquinho, farofa e fiona; pelo incentivo e força dados a essa pesquisa diante de um cenário tão caótico e o mundo de cabeça para baixo; Pela segurança e amor envolvidos.

Agradeço ao meu avô que estaria feliz pelo final desse processo.

Agradeço à Maria Clara, minha cria linda e teimosa, pelo companheirismo acadêmico e amizade presente. Agradeço à Gabriela Diniz e a Lorena Marcelino, pelo o que significaram nessa trajetória. Agradeço à Thiago Rodrigues, pela amizade e apoio nesse ano louco. Agradeço a(o) todas(os) que estiveram presentes e contribuíram de algum modo, lendo algum texto ou jogando papo fora, me amando e acalmando a minha mente.

Agradeço à Prof.(a) Dr.(a) Silvana Mara, minha orientadora, pela grandiosa contribuição intelectual no percurso valioso e indispensável que o serviço social e a inserção no GEPTED/QTEMOSS significaram no meu desenvolvimento teórico político e metodológico, enquanto militante e profissional de serviço social.

Agradeço à Prof.(a) Dr.(a) Mirian, por todo o apoio e carinho durante todos esses anos de graduação e orientação acadêmica. Agradeço à Prof.(a) Dr.(a) Ilka, pelas respostas na ponta da língua e pela dedicação, também, enquanto orientadora acadêmica.

Agradeço à Carlinha, pelo desempenho fundamental de gestão após gestão no DESSO-UFRN. Por todas as ligações, e-mails, dúvidas sanadas e por ter aguentado as minhas frases longas, eufóricas e sem pausas!

Agradeço ao Prof. Dr. Henrique Wellen, pelas provocações e aprofundamento nos debates do capital. Agradeço à professora Antoniete Madureira, pelo jeito doce, pela graça e apoio durante o estágio obrigatório.

Agradeço à todas as docentes e discentes envolvidas no grupo GEPTED/QTEMOSS. Pela riqueza das discussões e trocas. Pelas atividades, reuniões e pelo amadurecimento político.

Agradeço às Prof.(a)s Dr.(a)s Andréa Lima e Tássia Santos, pela disponibilidade de estarem na banca e as contribuições dadas a esta pesquisa.

Agradeço à toda a militância crítica dentro e fora da universidade. Por todos esses anos de dores e amores nos processos que construímos e compartilhamos. Pela luta ombro a ombro e por não desistirmos de lutar por um mundo completamente novo. Em especial à militância do PSOL-RN e da LSR-ASI.

Aos militantes e as militantes antes de nós, especialmente as (os) que lutaram a vida inteira, porque foram e porque são imprescindíveis!

*Enquanto vamos marchando, avançando através do belo dia,
um milhão de cozinhas escuras e milhares de fábricas cinzentas
são tocadas por um sol radioso que subitamente abre,
e o povo ouve-nos cantar: Pão e rosas! Pão e rosas!*

*Enquanto vamos marchando, avançando,
Lutamos também pelos homens [...].
Não mais seremos exploradas desde o nascimento até à morte
os corações morrem de fome, assim como os corpos.
Dai-nos pão, mas dai-nos rosas também!*

*Enquanto vamos marchando, avançando,
milhares de mulheres mortas
gritam através do nosso canto o seu antigo pedido de pão;
exaustas pelo trabalho, não conheceram a arte, nem o amor, nem a beleza.
Sim, é pelo pão que lutamos, mas também lutamos por rosas!*

*À medida que vamos marchando, avançando
trazemos conosco dias melhores.
Erguem-se as mulheres e isso significa
Que se ergue a humanidade.*

*Basta de agonia para o trabalhador e de ócio para o malandro:
o suor de dez que trabalham para um que nada faz.
Queremos compartilhar as glórias da vida: pão e rosas, pão e rosas!
Não permitiremos a exploração desde o nascimento até à morte;
os corações morrem de fome, assim como os corpos:
Pão e rosas, pão e rosas!*

James Oppenheim, 1911.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as complexas relações sociais de sexo, raça e classe que se manifestam a partir da divisão social, sexual e racial do trabalho, estruturantes da sociedade capitalista, racista e hetero-patriarcal vigente. No contexto contemporâneo de crise estrutural do capital apontaremos de que modo o avanço da extrema direita conservadora tem impactado na vida das mulheres, a umas muito mais do que a outras, e deste modo na agenda da resistência feminista. Nessa direção, analisaremos as perspectivas da interseccionalidade e consubstancialidade, compreendendo estas como as principais tendências analíticas presentes no debate teórico e na prática política feminista sobre as complexas relações entre classe, sexo e raça. São três questões norteadoras da pesquisa, quais sejam: (1) de que forma a ausência da centralidade da perspectiva de classe tende a invisibilizar questões de opressão e exploração? (2) Como a ausência e/ou insuficiência da inserção da questão étnico-racial prejudicou, e ainda prejudica, a unidade dos movimentos feministas? (3) Quais as origens e principais diferenças entre a interseccionalidade e da consubstancialidade? A pesquisa foi desenvolvida em uma perspectiva de totalidade, considerando o método do materialismo histórico. Para a produção dos dados e das informações foram utilizadas como estratégias de investigação a análise bibliográfica de textos sobre consubstancialidade e interseccionalidade elaborados pelas seguintes autoras: Danielle Kergoat; Helena Hirata; Carla Akotirene; Saffioti, Patricia Collins e Ângela Davis. Os resultados permitem afirmar a indispensável análise central da divisão social do trabalho e de suas relações consubstanciadas, e coexistentes, entre classe, sexo e raça, a fim de que o movimento feminista tenha condições de se organizar e superar a condição de exploração, opressão e dominação da sociedade capitalista. Todavia, se faz necessário resguardar a importância histórica e política da perspectiva interseccional para o movimento de mulheres negras que considera, enquanto movimento, a imbricação das relações supracitadas e, deste modo, cumpre o papel de considerar, a partir da análise de uma sociedade de classes, as questões de sexo e raça. Mais do que mera disputa semântica, o entendimento da exploração capitalista e da luta contra o conservadorismo colocam, na ordem do dia, a necessidade histórica da apreensão das relações de imbricação entre classe, raça e sexo.

Palavras-chave: Relações sociais. Consubstancialidade. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the complex social relations of sex, race and class that are manifested from the social, sexual and racial division of labor, structuring the capitalist, racist and hetero-patriarchal society in current. In the contemporary context of the structural crisis of capital, we will point out how the advancement of the far-right politics has impacted the lives of women, some more than others, and thus on the agenda of feminist resistance. In this direction, we will analyze the perspectives of intersectionality and consubstantiality, understanding these as the main analytical tendencies present in the theoretical debate and in the feminist political practice on the complex relations between class, sex and race. There are three guiding questions of the research, namely: (1) how does the absence of the centrality of the class perspective tend to make issues of oppression and exploitation invisible? (2) How has the absence and / or insufficiency of the insertion of the ethnic-racial issue harmed, and still harms, the unity of feminist movements? (3) What are the origins and main differences between intersectionality and consubstantiality? The research was developed in a perspective of totality, considering the method of historical materialism. For the production of data and information, bibliographical analysis of texts on consubstantiality and intersectionality prepared by the following authors were used as research strategies: Danielle Kergoat; Helena Hirata; Carla Akotirene; Saffioti, Patricia Collins and Angela Davis. The results allow us to affirm the indispensable central analysis of the social division of labor and its consubstantiated and coexisting relations between class, sex and race, so that the feminist movement is able to organize itself and overcome the condition of exploitation, oppression and domination of capitalist society. However, it is necessary to safeguard the historical and political importance of the perspective intersectional for the black women movement that considers, as a movement, the overlapping of the aforementioned relationships and, thus, fulfills the role of considering, from the analysis of a society of classes, issues of sex and race. More than a mere semantic dispute, the understanding of capitalist exploitation and of the fight against conservatism places, in the order of the day, the historical need to apprehend the overlapping relationships between class, race and sex.

Keywords: Social relation; Consubstantiality; Intersectionality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.1 A elaboração do TCC em contexto de pandemia Covid-19: implicações na saúde pública e na imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo	15
1.1.1 A vida das mulheres e a pandemia	19
2. O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E AS IMPLICAÇÕES NO FEMINISMO	23
2.1 Expansão neoliberal, seus desdobramentos e visibilidade política da agenda conservadora	23
2.2 Agenda Feminista: Resistência e luta contra o conservadorismo	33
2.3 A centralidade no trabalho e seus rebatimentos no movimento feminista	35
3. A ARTICULAÇÃO ENTRE CLASSE, RAÇA E SEXO NO ENFRENTAMENTO AO CONSERVADORISMO	39
3.1 – Breve Histórico de transição da acumulação primitiva para a sociedade moderna e as principais movimentações dos movimentos feministas que inspiram lutas contemporâneas.	39
3.2 Movimento de mulheres a partir dos anos 1960	44
3.3 Relações Patriarcais de Sexo	46
3.4 Relações sociais de sexo/ conceito de gênero e divisão sexual do trabalho	48
3.5 Relações sociais de raça	53
3.6 Origens da consubstancialidade e da interseccionalidade	54
3.7 As contribuições, questões e polêmicas da produção feminista sobre classe, raça e gênero	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o entendimento das relações entre classe, raça e sexo na produção feminista a partir do processo da construção histórico metodológica dos conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade. Buscaremos apresentar as origens e as diferenças analíticas e possíveis consonâncias que se apresentam na produção intelectual de autoras feministas e como o avanço do conservadorismo no contexto atual tem impactado diretamente na vida e, de modo consequente, nas pautas da agenda feminista.

Meu interesse por esta temática emergiu da vivência e observação na vida cotidiana das imposições oriundas do ambiente religioso, da violência que, posteriormente, entendi sua natureza patriarcal. Tais situações tornaram-se terreno fértil para questionamentos acerca do papel da mulher, o papel de Deus e até mesmo as diferenças entre as classes. Foi um processo desligar os encargos de Deus para o bem e para o mal e, desse modo, lhe arrancar da responsabilidade da pobreza e da riqueza existente no mundo. Busquei compreender, nessa mesma direção, as contradições e as lutas das “anônimas” tão inseridas no meu cotidiano. Foi um caminho sem volta admirar mulheres na política, nos livros, na sala de aula, dentro da minha família, nos movimentos sociais e na vida afetiva. Descobrir a luta das mulheres não veio antes, mas partiu do mesmo ímpeto da “revolta” diante da vida.

Minha militância surgiu com a participação desenfreada em todas as manifestações que eu podia em Natal: o movimento pela Tarifa zero (2009), o Fora Micarla (2011), Fora Rosalba (2011), Revolta do Busão¹ (2013), mas a primeira marcadamente feminista foi uma marcha das vadias² - em 2013 – em que compomos várias “edições” construindo muitos debates, junto de tantas outras mulheres e o acúmulo desse movimento terminou por se desdobrar na formação de coletivos importantes na cidade de Natal.

As principais pautas referiam-se a denúncia da mercantilização dos corpos das mulheres, o assédio no trabalho, a violência sexual e a luta contra a PL do Estatuto

¹ Movimento contra o aumento da tarifa dos transportes que inicialmente se tratava de uma pequena vanguarda, mas que ganhou visibilidade, importantes conquistas, e em 2013 impulsionou as “jornadas de junho”

² Movimento que surgiu no Canadá e se internacionalizou e que, apesar de apresentar diversos limites, teve sua importância na mobilização de mulheres por todo o mundo.

do Nascituro que tramitava na câmara Federal e dificultava o aborto em casos previstos por lei.

Nesse mesmo ano (2013), me filiei ao partido socialismo e liberdade - PSOL e ingressei na corrente Liberdade Socialismo e Revolução – LSR, seção brasileira da ASI - Alternativa Socialista Internacional, que constrói o PSOL e o setorial de mulheres, como também nossa própria organização internamente. Naquele período, também, construíamos e reivindicávamos o MML – Movimento Mulheres em Luta, ligado a central sindical CSP-CONLUTAS.

No ano de 2015, ingressei no serviço social da UFRN e me inseri como bolsista de iniciação científica nos grupos GEPTED/QTEMOS³, que discute trabalho, ética e direitos, questão socioambiental, movimentos sociais e Serviço Social. Estes grupos atuam de forma articulada e juntos promovem diversas discussões no âmbito teórico-metodológico e político feminista e da diversidade humana e sexual. Produzimos dois Colóquios sobre o feminismo marxista, em um deles ocorreu o lançamento do livro “Feminismo, diversidade sexual e serviço social” também utilizado nessa pesquisa e que compõe a biblioteca básica do serviço social, escrito pelas professoras e doutoras Mirla Cisne e Silvana Mara.

De modo semelhante, através do GEPTED-QTEMOS, construimos o I seminário LGBT que contou com a participação de representações importantes dos movimentos sociais e dos partidos políticos de esquerda. A inserção no curso de serviço social e nos grupos de pesquisas indicados me proporcionaram o conhecimento teórico metodológico com a teoria marxiana e autores/autoras da tradição marxista e feminista de modo muito mais aprofundado e para além da política, instrumentalizando as lutas e o fazer profissional através das disciplinas, debates, e estudos sobre o capital, a diversidade humana, diversidade sexual e a questão social. Todo esse processo desaguou no interesse por esta temática. A partir daí o desafio foi a delimitação desse objeto. No processo de orientação do trabalho de conclusão de curso (TCC) fui tecendo leituras e aprimorando meu conhecimento sobre a agenda feminista e após um caminho de leituras, reflexões críticas com a orientadora, participação e observação atenta nas lutas feminista, fiquei frente a frente com a

³ Fui bolsista de Iniciação Científica vinculada à pesquisa financiada pela CAPES/PROCAD intitulada: Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social, coordenada em nível nacional pelo Prof. Evilásio Salvador (UnB) e em nível local pelas docentes Rita de Lourdes de Lima (UFRN) e Andréa Lima da Silva (UFRN).

questão da direção social dessas lutas. No primeiro momento veio o questionamento sobre a constituição da agenda feminista e sua relação com as conquistas socialistas. Na continuidade das reflexões considerando o tempo para elaboração do TCC delimitamos o objeto nos seguintes termos: quais as tendências no entendimento das relações entre classe, raça e sexo na produção feminista e suas principais diferenças?

Sendo assim, esse estudo pretende brevemente analisar o entendimento da relação entre classe, raça e sexo no acúmulo da produção feminista, contextualizando e problematizando as origens e perspectivas metodológicas da interseccionalidade e da consubstancialidade. Compreendo estas relações como resultantes da divisão social, sexual e racial do trabalho, estruturantes da sociedade capitalista. Tais relações se agravam no contexto de crise estrutural do capital e avanço do conservadorismo e têm impactado intensamente na vida das mulheres e da agenda feminista.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a análise foi realizada a partir da perspectiva de totalidade no entendimento da vida social e na apreensão do objeto de estudo, considerando o método materialista histórico dialético. É somente diante deste método que se torna possível apreender as relações sociais de raça, classe e sexo.

A pesquisa priorizou a interlocução com autoras do feminismo materialista e do feminismo negro para identificar e analisar o entendimento das duas principais tendências feministas que abordam a relação entre classe social, raça, sexo: a interseccionalidade e a consubstancialidade. Dito isso, para a produção das informações referentes ao material empírico foram utilizadas como estratégias de investigação a análise bibliográfica de textos sobre consubstancialidade e interseccionalidade elaborados pelas seguintes autoras: Danielle Kergoat; Helena Hirata; Carla Akotirene; Saffioti, Patricia Collins e Angela Davis, nos seguintes trabalhos:

- Danielle Kergoat: Artigo: Dinâmica e Consubstancialidade nas relações sociais (2010)
- Helena Hirata – Artigo: Gênero, patriarcado, trabalho e classe (2018)
- Carla Akotirene – Livro: Interseccionalidade (Coleção Feminismos Plurais) (2019)
- Heleieth Saffioti – Livro: Gênero, Patriarcado e Violência (2004)

- Collins, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e Política emancipatória. Trad. Bianca Santana. In: revista parágrafo. Jan/jun. 2017 v.5, n.1 (2017)
- Ângela Davis: A liberdade é uma luta constante (2018);

É necessário destacar que não utilizei o conjunto das obras das autoras delimitadas, tão somente alguns textos específicos diretamente voltados ao tema em questão que me darão suporte para apreensão de meu objeto. Desse modo, as principais questões norteadoras da pesquisa são: (1) de que forma a ausência da centralidade da perspectiva de classe tende a invisibilizar questões de opressão e exploração? (2) Como a ausência e/ou insuficiência da inserção da questão étnico-racial prejudicou, e ainda prejudica, a unidade dos movimentos feministas? Quais as origens e principais diferenças entre a interseccionalidade e da consubstancialidade?

Assim sendo, os próximos capítulos nos trarão apontamentos sobre como o conservadorismo, atrelado ao sistema do capital e a sua crise de estrutura, têm refletido na vida, especialmente de mulheres negras e pobres, e de modo semelhante na agenda feminista. Desse modo, no capítulo um, trouxemos brevemente a realidade do contexto pandêmico no Brasil e suas implicações nas relações sociais de sexo, raça e classe. Sobre isso, apontamos a atuação do governo Bolsonaro, um dos principais representantes da direita conservadora e ultra neoliberal na atualidade e a relação entre o caos no Sistema Único de saúde, a morte de profissionais, e demais trabalhadoras, principalmente mulheres negras e pobres.

No capítulo dois nos referimos a expansão neoliberal e de que maneira o conservadorismo se entrelaçou a esse processo a fim de extrair o máximo de sua lucratividade a determinados grupos sociais de modo diferenciado. Diante desse contexto como o golpe parlamentar de 2016 tem se desdobrado na contemporaneidade da agenda feminista. O último item considera o trabalho como categoria central de análise compreendendo este entendimento o pilar estrutural das diferenças no vasto campo feminista.

O capítulo três, por fim, discorre brevemente sobre as principais movimentações históricas do feminista em sua diversidade. Nessa direção aponta as dificuldades de unidade entre os movimentos feministas em razão da não assimilação das lutas a partir das relações sociais de classe, sexo e raça. Os últimos itens compreendem as polêmicas em torno destas relações e a necessidade da análise histórica, política e metodológica das perspectivas interseccional e consubstancial.

1.1 A elaboração do TCC em contexto de pandemia Covid-19: implicações na saúde pública e na imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo

A atividade da pesquisa em si é bastante desafiadora e em contexto de pandemia torna-se um processo ainda mais complexo. A mudança radical em decorrência do isolamento social e dos cuidados com familiares alterou e altera condições de vida e de estudo e nos deixa frente a frente com o agravamento da questão social. Escrever este trabalho foi um grandioso esforço de concentração e de apostar na relevância social do conhecimento para o entendimento da realidade e fortalecimento das lutas sociais. Optamos por iniciar a exposição deste trabalho de conclusão de curso situando, ainda que de forma breve, o contexto de pandemia COVID-19 e suas implicações na saúde pública, no aumento do conservadorismo, visto que são as mulheres, a população negra e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), que são mais atingidas. Fica explícita como as determinações societárias incidem sobre o cotidiano da vida social e como estão imbricadas as relações sociais de classe, sexo e raça.

Neste sentido, podemos afirmar que os problemas que ganham visibilidade com a pandemia precisam ser contextualizados no ambiente mais amplo considerando as determinações da sociedade capitalista. A pandemia, na verdade, torna visível as relações sociais do mundo capitalista, racista e hetero-patriarcal.

É nesse panorama devastador que o vírus da covid-19 se alastra por todo o mundo e de acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, ultrapassa a marca de um milhão de mortos - em dez meses de pandemia, com a previsão de até dois milhões até a possível elaboração da vacina. De acordo com dados publicados pela BBC News⁴, o Brasil é o segundo país com mais mortes no mundo, com cerca de 150.488⁵ mil, atrás somente dos Estados Unidos, com 213.963 mil⁶. A mortalidade nos Estados Unidos é de 65,4 pessoas mortas a cada mil habitantes, e no Brasil de modo semelhante, 71,8 mortes a cada mil habitantes.

⁴ 1 milhão de mortos por covid-19: gráficos mostram onde a corona vírus se espalha e mata mais. BBCNEWS,2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54339632>
Acesso em:10.10.20

⁵ Até dezembro, período de fechamento deste trabalho, o Brasil registrou o número de 181.000 vítimas por Covid-19.

⁶ Dados verificados no início de outubro - 2020.

Diante do avanço conservador que cresce em nível global, vários chefes de estado têm reagido a crise pandêmica com posturas negacionistas, e padrões semelhantes de descumprimento público das medidas sanitárias de segurança e prevenção e posturas conspiratórias de responsabilizar a grande mídia de causar pânico generalizado por estar aumentando a gravidade de propagação do vírus.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde - SUS tem cumprido um papel fundamental de garantir que o cenário não seja mais trágico e lamentável do que tem sido. Os princípios de universalidade, equidade e integralidade do SUS, por mais que ameaçados, ainda deve ser reconhecido. Através de materiais informativos, pesquisas, estudo na formulação de possíveis vacinas e empenho redobrado na atuação de um conjunto de profissionais comprometidos eticamente com a ciência e a serviço da população, o SUS tem cumprindo o papel de ser um setor de alicerce nesse momento de crise.

Todavia, a potencialidade desse Sistema não foi de longe explorada em sua excelência, senão pela atuação aguerrida dos profissionais de saúde, diga-se de passagem, em número exponencial de mulheres⁷, que se colocaram na linha de frente de ponta a ponta sobre os serviços oferecidos apesar da insuficiência de recursos de trabalho e ausência de preparo e investimento nas ações de enfrentamento à propagação do vírus. Ademais, é preciso considerar o desfinanciamento a que vem sendo submetido o SUS, notadamente com a aprovação da EC-95, que congela o financiamento em áreas fundamentais, a exemplo da saúde.

Em consequência disso, o Brasil tem os índices mais altos de profissionais contaminados, e mortos do mundo⁸. De acordo com a Agência Brasil⁹, que colheu informações de uma das coletivas de imprensa realizadas pelo Ministério da Saúde ocorrida em agosto de 2020, cerca de 226 profissionais de saúde morreram e outros 257 mil foram acometidos pela doença. Do total de acometidos, considera-se em especial os profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem, que correspondem a

⁷ Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e a gestão do SUS. Conams, 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/> acesso: 10.10.20

⁸ 7 mil trabalhadores de saúde morreram de Covid em todo o mundo. Medicinasa,2020. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/anistia-pandemia/> Acesso: 15.10.20

⁹ VALENTE, Jonas. Covid-19: 257 mil profissionais de saúde foram infectados no Brasil. AgenciaBrasil Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/covid-19-257-mil-profissionais-de-saude-foram-infectados-no-brasil> Acesso: 10.10.20

34% dos profissionais que contraíram a Covid-19, liderando o *ranking* de profissionais atingidos¹⁰.

Já de acordo com a reportagem do site Metrópole¹¹, em setembro de 2020, a partir das notificações fornecidos pela Anistia internacional, o número de mortes divulgados pelas redes oficiais brasileiras é de pelo menos 50% a menos do total, colocando o Brasil em terceiro lugar no *ranking* mundial de mortes de profissionais da saúde com 634 vidas perdidas, até o momento, atrás somente do México e Estados Unidos¹².

De acordo com o site Observatório da Enfermagem¹³, administrado pelo conselho nacional de enfermagem no país, o Brasil é o primeiro no *ranking* de mortes de profissionais dessa categoria com 456 sob as quais 289 dessas mortes eram de profissionais do sexo feminino, representando um total 66,63%¹⁴.

O cenário se torna ainda mais lamentável se consideramos que a taxa de letalidade do vírus, seja entre profissionais, seja entre a população brasileira, poderia ter sido melhor controlada por medidas sanitárias responsáveis e segurança à vida. As causas das mortes entre profissionais da saúde, nessa direção, e atrelado a uma série de fatores, se referem a falta de efetivação de uma política sanitária planejada em nível do governo Federal em articulação com os governos estaduais e municipais; a falta de treinamento das equipes e a ausência do mais básico, os EPIS - equipamentos de proteção individual¹⁵.

Na direção oposta de tudo o que deveria ser feito ou evitado para impedir mais mortes, Bolsonaro perdeu dois ministros¹⁶ da saúde em menos de um mês¹⁷, e causou

¹⁰ CENTENO, Ayrton, Brasil tem record de mortes de profissionais da enfermagem por covid-19. BrasildeFato,2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/19/brasil-tem-record-de-mortes-de-profissionais-da-enfermagem-por-covid-19> Acesso: 15.10.20

¹¹ AUGUSTO, Otavio. Brasil é o 3º país com mais mortes de profissionais da saúde por Covid-19. Metrôpoles, 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-e-o-3o-pais-com-mais-mortes-de-profissionais-da-saude-por-covid-1> Acesso: 15.10.20

¹² Idem.

¹³ Profissionais infectados por Covid-19 informado pelo serviço de saúde. Observatório da enfermagem, 2020. Disponível em: <http://observatoriodaenfermagem.cofen.gov.br/> Acesso: 15.10.20

¹⁴ Idem.

¹⁵ Em um mês médicos registraram 31 mil denúncias de falta de equipamentos de proteção para atuar contra a corona vírus, diz associação. Globo, G1, 2020. Disponível em:<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/21/em-1-mes-medicos-registraram-31-mil-denuncias-de-falta-de-equipamentos-de-protacao-para-atuar-contra-o-coronavirus-diz-associacao.ghtml> Acesso: 20.10.20

¹⁶ Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, respectivamente primeiro e segundo ministros da saúde no governo Bolsonaro. Ambos médicos e representantes da saúde privatista no Brasil.

¹⁷ Brasil perde segundo ministro da saúde sob pressão de Bolsonaro para abrir a economia e por uso da cloroquina. Elpais, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-15/brasil-perde->

um clima ainda maior de instabilidade e medo na população, além de atrapalhar o funcionamento linear de toda a lógica da gestão interna do Ministério da saúde - que já estava de mal a pior na condução de seus dois ministros anteriores, privatistas, no entanto um pouco menos problemáticos por não serem negacionistas. Para substituir a queda do último ministro, todavia, Bolsonaro entregou o cargo para o general Pazuello – militar sem nenhuma experiência em gestão, tão pouco em saúde¹⁸.

Bolsonaro ainda realizou a compra de quantidades exorbitantes de insumos para a produção de uma medicação sem comprovação científica¹⁹ que ele alega ser a cura para a Covid-19, e diante disso exigiu a autorização da prescrição indiscriminada do medicamento via SUS²⁰.

No auge de seu autoritarismo e anticientificismo, que tem levado o país ao caos político-social e econômico, Bolsonaro por meio de um decreto ordenou que os dados de atualização das mortes e contágios da Covid-19 fossem apagados do site de controle do Ministério da Saúde. Essa ação ficou conhecida como “apagão”²¹ e gerou indignação no país e em todo o mundo. Após a pressão de autoridades, representações da sociedade civil e da intervenção do ministério público ele foi obrigado a retornar com a divulgação dos dados. A maior parte das pesquisas hoje é realizada de forma autônoma por órgãos e institutos, visto a demora e a intencional falta de atualização das informações prestadas pelo governo Federal.

A atuação do presidente Jair Bolsonaro tem ganhado as manchetes do mundo. Seu objetivo é diante da crise gerar mais crises. Tem despejado declarações LGBTfóbicas, racistas, misóginas e debochado ao mesmo tempo que debocha das mortes pela Covid-19. Por diversas vezes chamou a pandemia de uma “gripezinha” desdenhando da vida de trabalhadores e trabalhadoras. Não realizou testes em

[segundo-ministro-da-saude-sob-pessao-de-bolsonaro-para-abrir-economia-e-por-uso-da-cloroquina.html](#) Acesso: 16.10.20

¹⁸ Quem é Eduardo Pazuello, o general que assume interinamente o ministério da saúde. Bbc,2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52686114>. Acesso: 16.10.20

¹⁹ Produção de cloroquina coloca Bolsonaro na mira da justiça. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/08/03/producao-de-cloroquina-coloca-bolsonaro-na-mira-da-justica.htm> Acesso: 15.10.20

²⁰ Ministério divulga protocolo que libera no SUS uso de cloroquina até em casos leves de Covid-19. Globo, G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/20/ministerio-da-saude-divulga-protocolo-que-libera-uso-de-remedio-para-malaria-para-covid-19.ghtml> Acesso: 15.10.12

²¹ MACHADO, Adriano. Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes. Brasil de fato, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html> Acesso: 10.10.20

massa e na contramão disso desviou a verba de doações destinadas aos testes²². Também não considerou o *Lockdown* com segurança e renda digna. Diante disso, podemos afirmar que houve explícita opção pelo mercado, pela economia capitalista em detrimento da vida. Esta pandemia atinge de forma particular a vida das mulheres que ficam responsáveis além do trabalho remunerado que desenvolvem por inúmeras tarefas relacionadas à dinâmica do trabalho doméstico, ainda profundamente naturalizado como algo que deve ser feito por mulheres. A seguir analisaremos de forma introdutória, as implicações da pandemia nas condições de vida e de trabalho das mulheres.

1.1.1 A vida das mulheres e a pandemia

Uma das primeiras mortes noticiadas no Brasil foi de uma trabalhadora doméstica de 62 anos que contraiu a doença dos seus patrões que teriam retornado de uma viagem da Itália. A reportagem do Uol²³ trás os relatos do longo trajeto da casa daquela trabalhadora até as residências dos patrões, leia-se dois ônibus e um trem, e as muitas doenças adquiridas durante anos de trabalho nessas condições.

A trabalhadora não era aposentada, não tinha direitos trabalhistas e morava em seu ambiente de trabalho durante alguns dias da semana, retrato de parte considerável de trabalhadoras negras e pobres do país. A síntese apresentada pela família, a constar do que é dito na reportagem²⁴, é que o direito ao isolamento social teria resguardado a sua vida. O que deveria ser regra, no entanto não se refere a realidade da classe trabalhadora que se encontrou sob o “fogo cruzado”²⁵ entre trabalhar para não morrer ou se proteger e perder suas condições de sobrevivência.

Por estarem prioritariamente responsáveis pelos serviços essenciais na reprodução da força de trabalho, leia-se: serviços de saúde, educação, assistência social, serviços domésticos e limpeza, cuidados com os idosos, crianças e pessoas doentes, as mulheres negras e pobres recebem os piores salários, e estão subjugadas

²² Bolsonaro desvia R\$ 7,5 milhões de verba da Covid para programa gerido por Michelle. Brasil de fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/01/governo-bolsonaro-desvia-r-7-5-milhoes-doados-para-testes-de-covid-19>. Acesso em: 10.10.20

²³ Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou corona vírus da patroa no Leblon. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> Acesso. 16.10.20

²⁴ Idem

²⁵ Referência ao *ebook* publicado pela editora Boitempo do Professor Ricardo Antunes, em outubro de 2020, intitulado: Corona vírus: trabalho sob fogo cruzado.

às piores condições de trabalho. O descaso com a vida dessas trabalhadoras se reflete no Brasil marcado pelo racismo estrutural e a divisão sexual e racial do trabalho.

Não é coincidência as condições desiguais de certos grupos sociais em detrimento de outros. Durante a pandemia o maior número de mortes é de profissionais mulheres e o número de feminicídios tem aumentado exponencialmente nos estados brasileiros, considerando para além do desemprego, a permanência maior com os agressores no ambiente doméstico.

No projeto de pesquisa e reportagens de mídias independentes intitulado “Um vírus e duas guerras”²⁶²⁷ tem a informação de que uma mulher morre a cada nove horas no Brasil e a violência doméstica apenas nos três primeiros meses da pandemia aumentou 5% em relação ao mesmo período do ano passado²⁸. No que diz respeito aos feminicídios, de 2019 para 2020, os índices do Acre, Mato Grosso, e RN, aumentaram respectivamente em 100%, 400% e 300%, de acordo com nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - (FBSP)²⁹.

As pesquisadoras do projeto “um vírus duas guerras”, no entanto, nos trazem o alerta para as subnotificações neste período, considerando as dificuldades de comunicação, conforme mencionamos anteriormente e oferece um comparativo entre estados que aumentaram o número de feminicídios e os números de denúncias de lesão corporal diminuíram. Estes dados evidenciam que o enclausuramento pode dificultar as denúncias³⁰.

No que diz respeito aos casos de abuso sexual³¹, o site Elpaís nos aponta que o número de abortos legais no país disparou durante a pandemia ao passo que o

²⁶ <https://projetocolabora.com.br/especial/um-virus-e-duas-guerras/>

²⁷ As pesquisas e dados a nível de país ainda têm sido independentes considerando o curso do processo. As pesquisas técnicas tem sido realizadas mas tem colhido dados dos estados com os maiores índices de violência.

²⁸ Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia. Projeto Colabora, 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/> Acesso: 20.10.20

²⁹ Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 16 de abril de 2020: Fórum brasileiro de segurança pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf> Acesso: 16.10.20

³⁰ Idem

³¹ OLIVEIRA, Joana. Abortos legais em hospitais de referência no Brasil disparam na pandemia e expõem drama da violência sexual. Elpais, 2020. disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-30/abortos-legais-em-hospitais-referencia-no-brasil-disparam-na-pandemia-e-expoem-drama-da-violencia-sexual.html> - Acesso 02.11.20.

número de notificações diminuiu, refletindo mais uma vez a dificuldade das vítimas em procurar ajuda, e não a queda factual dos casos de abuso³².

Todos esses índices se deparam com o baixo orçamento oferecido aos programas de enfrentamento à violência contra a mulher. O ministério da mulher, da família e dos direitos humanos, sofreu redução de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões, orçamento este que vem sendo sucateado desde 2015³³.

Os projetos destinados à casa da mulher Brasileira se limitaram a R\$ 1 milhão de reais, 45% menor do que a proposta elaborada para 2020³⁴. A secretaria de mulheres nessa mesma direção sairá de R\$ 41 milhões de reais para R\$ 34 milhões no ano de 2021, orçamento 19% menor de um valor baixíssimo se considerado a demanda de outras pastas, apesar do número de violências que tem crescido exponencialmente³⁵.

Enquanto isso Bolsonaro³⁶ perdoa a dívida das igrejas³⁷ e sugere a privatização do SUS, contrarreformas administrativas, cortes na saúde, na assistência social, na educação, na pasta de mulheres e em diversas áreas. Os bancos durante a pandemia continuam lucrando, e a tributação dos impostos no Brasil segue onerando mais pobres do que a classe média e os grandes empresários.

Esses cortes refletem diretamente na vida da classe trabalhadora, especialmente de mulheres negras e pobres, que tem perdido seus filhos e filhas para a guerra às drogas e a violência letal do estado, que se intensifica na medida em que os níveis de pobreza crescem. De modo semelhante, a ausência das políticas públicas e de saúde, também, atingem duramente essas mulheres.

³² Idem.

³³ Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia. Projeto Colabora, 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/> Acesso: 20.10.20

³⁴ BRANDALISE, Camila. Mulher não é prioridade no governo diz pesquisadora sobre corte de verba. Uol, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/13/mulher-nao-e-prioridade-do-governo-diz-pesquisadora-sobre-corte-de-verba.htm> Acesso: 18.10.20

³⁵ BRANDALISE, Camila. Mulher não é prioridade no governo diz pesquisadora sobre corte de verba. Uol, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/13/mulher-nao-e-prioridade-do-governo-diz-pesquisadora-sobre-corte-de-verba.htm> Acesso: 18.10.20

³⁶ Jair Messias Bolsonaro assumiu mandato presidencial em 1º de janeiro de 2019 e permanece em curso. Elegeu-se pelo PSL e atualmente se encontra sem partido.

³⁷ Bolsonaro veta parte do perdão a dívidas tributárias de igrejas. Globo, 2020. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/13/bolsonaro-veta-perdao-de-dividas-tributarias-de-igrejas-informa-governo.ghtml> Acesso: 16.10.20.

O governo Bolsonaro tem representado uma das fases mais duras do capitalismo no Brasil, em que o conservadorismo das ideias, contra a diversidade humana e as práticas de defesa dos direitos humanos e o mercado ultra neoliberal tem atuado conjuntamente, mostrando quais vidas são descartáveis e quais merecem viver um pouco mais.

Indiscutivelmente, há uma profunda articulação entre a pandemia e a lógica da sociedade capitalista expressa principalmente no falso dilema entre economia e vida. O vírus é o próprio capitalismo e a pandemia é somente um reflexo desse cenário de deterioração do trabalho, da saúde mental da classe trabalhadora, dos corpos e da própria natureza. O modo em que as mulheres são subjugadas e exploradas no Brasil tem como contexto um sistema de exploração e de opressão que lucra através da morte, e do trabalho doméstico e subvalorizado especialmente da classe trabalhadora pobre e negra.

2. O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E AS IMPLICAÇÕES NO FEMINISMO

Neste capítulo analisamos no primeiro item o contexto de expansão neoliberal e avanço conservador em seus desdobramentos a partir do golpe jurídico-parlamentar ultraliberal de 2016, e a visibilidade social e política da agenda conservadora. Em seguida, apresentaremos os aspectos da agenda feminista e suas estratégias de enfrentamento ao conservadorismo na contemporaneidade. À vista disso, considerando o feminismo como um movimento social que reúne diferentes práticas sociais e organizações coletivas, apresentamos no último item a discussão sobre o trabalho como categoria central de apreensão da realidade e os rebatimentos na agenda feminista.

2.1 Expansão neoliberal, seus desdobramentos e visibilidade política da agenda conservadora

É em escala global que temos observado as mudanças na gestão do mundo do trabalho e os impactos destrutivos na natureza e na vida da classe trabalhadora. A crise ambiental, política e econômica, advindas nesta etapa de financeirização do capital, tem provocado reações por todo o mundo, endossadas por políticas cada vez mais conservadoras a despeito da necessidade do capital em garantir a manutenção dos altos índices da espoliação capitalista.

Nessa direção, o papel dos estados nacionais tem sido o de salvaguardar a qualquer custo o mercado financeiro, ante um capitalismo ultra neoliberal que atua em função de garantir a lógica lucrativa dos bancos, ao mesmo tempo em que blinda o grande empresariado da perda de capitais e transfere a responsabilidade para os trabalhadores e trabalhadoras a partir de severas medidas de austeridade.

A expansão da era informacional nesse contexto, ao contrário das expectativas aclamadas diante dos avanços tecnológicos, na verdade tem servido para provocar níveis exorbitantes de pessoas desempregadas, subempregadas e desalentadas: como também terceirizações em massa e processos como os de “*uberização*” e entregas a partir de aplicativos, reflexo da total desvalorização do trabalho e de suas relações, aprofundando os níveis de miséria por todo o mundo (Antunes, 2020).

E é diante desse cenário, como discutimos no capítulo anterior, que uma das crises sanitárias mais letais de toda a história tem levado a morte milhares de milhares de trabalhadores e trabalhadoras por todo o mundo. A necessidade de sair às ruas para complementar a renda, ou mesmo mantê-la existindo, acrescido da ausência de medidas adequadas de segurança alimentar e sanitária, evidenciou a natureza genocida do capital e de seus gestores.

A despeito do método que opera todo este cenário devastador, Antunes (2009;2020), discorre sobre o conceito de metabolismo social e de como a relação de troca entre a natureza e a sociedade, a partir do trabalho, na lógica do capital, funciona centralmente “para a extração crescente de mais-valor” (Antunes, 2020, p.12), tornando esta relação destrutiva mediante o sentido ilimitado em seus movimentos (Antunes, 2020).

Partindo desta perspectiva, Mészáros, citado por Antunes (2020), formulou sobre a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias, e nos diz que

Essa tendência se expressa na redução crescente do tempo de vida útil dos produtos, pois quanto menor for sua durabilidade, maior será a necessidade de reproduzi-los, independentemente das reais necessidades humanas, visando aumentar a intensidade e o ritmo do processo de valorização do valor” (ANTUNES, 2020, p. 12-13).

Nessa mesma lógica, diante do entendimento de que a única posse que o/a trabalhador/a possui é a sua própria força de trabalho, esta, também se converte em mercadoria, e de modo equivalente, sofre o mesmo processo decrescente de seu valor de uso, tornando-se objeto do capital assim como a natureza, que é explorada ilimitadamente como se fosse “infinita e eterna” (Antunes, 2020,p.13) para o seu uso devastador. A troca metabólica, a vista disso, é um instrumento de sua nefasta auto reprodução(Antunes,2020).

Esse processo intensifica-se num período histórico em que as interconexões entre produção, mundialização do capital e financeirização estão ainda maiores. Sendo assim, o capital financeiro, o modo mais fetichizado da acumulação capitalista, se apropria tanto do que é gerado por investimentos quanto pela exploração da força de trabalho, provocando por um lado a hiperconcentração da riqueza e por outros trabalhos análogos a escravidão (ANTUNES, 2020, p. 13).

Isto posto, é importante que se faça o breve desenvolvimento das bases históricas que nos trouxeram a este cenário, com a finalidade de desenhar a trajetória

do avanço do conservadorismo e os impactos desse conjunto de fatores na vida da classe trabalhadora, e especialmente, como objetivo dessa pesquisa, na vida das mulheres.

Por conseguinte, o cenário da crise contemporânea revelou-se no final dos anos sessenta do século XX, identificado por Antunes (2009) como o apogeu do fordismo e de sua fase keynesiana. Conhecido como fim da era gloriosa, esse período foi marcado por grandes transformações sociais, políticas e econômicas. Os sinais mais significativos dessa derrocada apreendem os seguintes elementos:

Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos casuais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção [...]; 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...] tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) Hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos [...]; 4) a maior concentração de capitais graças as fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do *Welfare State* ou do “Estado de bem-estar sociais” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivos, dos mercados e da força de trabalho [...] (ANTUNES, 2009, p. 32).

Segundo Antunes (2009), a necessidade de reorganização do capital diante de todos estes elementos levou à efetivação de novas fórmulas de dominação econômica, política e ideológica, com o intuito de manter-se enquanto sistema dominante. Sobre isso, Antunes (2009), citando Holloway (1987, p. 132), nos define,

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...). Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução pela luta, mediante o estabelecimento da autoridade e por meio de uma difícil busca de novos padrões de dominação. (Holloway, 1987, p. 132 apud Antunes, 2009, p. 33).

É neste decurso que o neoliberalismo se dissemina como uma resposta a própria crise e reestrutura as lógicas de Estado e da esfera produtiva e a vista disso: 1) reelabora a integração social dos espaços de trabalho - investindo no acúmulo de

múltiplas funções para os/as trabalhadores/as, condicionando estes/as a padrões de comportamento laboral cada vez mais individualistas; 2) modifica a lógica produtiva – sendo esta, agora executada mediante as demandas de mercado; e por fim 3) enxuga a máquina estatal da responsabilidade dos gastos sociais, afetando duramente as condições de vida da classe trabalhadora (WELLEN, 2014).

Paralelo a este processo, a degeneração da antiga União Soviética provocada pelo período estalinista também impactou negativamente na organização política da classe trabalhadora e, de modo consequente, na esquerda tradicional. O suposto fim do marxismo e das ideias socialistas eram disseminadas pelos capitalistas através da falsa assimilação deste ideário à derrota que significou as tentativas de socialismo em um só país, e o estado nacionalista e burocrático de Stalin (Antunes, 2009).

As consequências dessa degeneração histórica se desdobram até hoje e podem ser observadas diante do processo de “acomodação social democrática” (ANTUNES, 2009, p. 186) que permanece em boa parte dos partidos de esquerda e na atuação sindical. Para além disso, fez recuar ainda mais a própria social democracia, que tornou a sua agenda programática adjacente a do neoliberalismo (ANTUNES, 2009).

Todos estes fatores culminaram no sucesso da expansão neoliberal e na implementação de suas ideias e agenda programática, partindo inicialmente dos países centrais, e em seguida para os países de capitalismo periférico. As consequências das transformações do avanço neoliberal por todo o mundo, ainda de acordo com Antunes (2009), dizem respeito a:

Diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo [...]; 2) aumento acentuado das inúmeras formas de subproletarização ou precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado [...]; 3) aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial [...]; 4) enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no “setor de serviços, que” inicialmente aumentou em ampla escala mas vem presenciando também níveis de desemprego tecnológico; 5) exclusão dos trabalhadores jovens e dos trabalhadores “velhos” (em torno de 45 anos) do mercado de trabalho dos países centrais; 6) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização do trabalho dos imigrantes e expansão dos níveis de trabalho infantil, sob condições criminosas, em tantas partes do mundo, como Ásia, América Latina, etc.; 7) Há em níveis explosivos, um processo de desemprego estrutural que, junto com o trabalho precarizado, atinge cerca de um bilhão de trabalhadores que corresponde aproximadamente um terço da força humana mundial que trabalha; 8) há uma expansão do que

Marx chamou de “trabalho social combinado no processo de criação de valores de troca (Marx, 1994), no qual trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo produtivo. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, e sim da sua precarização, intensificação e utilização de maneira ainda mais diversificada (ANTUNES, 2009, p. 189).

A partir da análise destes elementos, e considerando a divisão sexual e racial do trabalho, Antunes (2009) evidência, em 2009, um aumento de 40% da força de trabalho feminina em países centrais, principalmente nos trabalhos referentes a baixa qualificação e por tantas vezes um trabalho intensivo, destino frequente de trabalhadoras emigrantes e negros e negras (ANTUNES 2009).

Essa discussão se torna indispensável a partir do entendimento de que a exploração capitalista incide de modo diferenciado a certos grupos sociais, leia-se mulheres, pessoas negras e LGBTQs. Para além disso, o processo de feminização³⁸ do trabalho, que diz respeito a atividades laborais cada vez mais subvalorizadas e precarizadas, e de modo ainda mais severo em tempos pandêmicos e de crise estrutural do capital, como tem sido observado neste capítulo e no anterior, torna ainda mais evidente quais vidas são mais descartáveis.

Nessa direção, a fim de que essa análise seja apresentada teoricamente de maneira mais apropriada, no capítulo seguinte traremos mais elementos a respeito da divisão social, sexual e racial que estruturam a sociedade capitalista.

Ademais, as consequências desse nível de desmontes, resultaram em meados de 2008/2009 uma nova crise, sendo esta ainda mais intensa que a depressão vivida nos 30 anos gloriosos, causando mais danos na econômica global. De lá para cá, a instabilidade econômica tem se tornado cada vez mais intensa e constante (Antunes, 2020). Diante disso, de acordo com Mészáros, citado por Antunes (2020):

Depois de experimentar uma era “gloriosa” de ciclos “virtuosos” (especialmente em países do *welfare state*), o capital adentrou em um longo período pautado por um *depressed continuum*, tornando sua fase anterior parte do passado, uma vez que a crise econômica emergente seria longa e duradoura, sistema e estrutural (Mészáros, Apud Antunes, 2020, p. 10).

³⁸ É relevante considerar o sentido atribuído a esta noção de feminização, considerando que historicamente as mulheres vivenciam a condição de terem remuneração mais baixa no exercício da mesma função, ou de abdicar da própria carreira para os cuidados com a família, e não a partir de um determinado momento mais contemporâneo. Para aprofundamento ver: Os desafios do feminismo marxista na atualidade – 2020.

Os rebatimentos dessa crise contínua e sistêmica, para Mascaro (2020) incumbiu ao neoliberalismo o seu fracasso material, todavia, a sua vitória ideológica. A exemplo disso, Mascaro nos diz que a crise de 2008/2009, provocou uma “década de golpes políticos pelo o mundo (...) e ‘gerou’ a ampliação do posicionamento político das massas pela extrema direita (MÁSCARO, 2020, p.21)” usando como exemplo central, o surgimento de figuras como Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro no Brasil.

Nos últimos dez anos, ao passo que a crise tem atingido as nações em diferentes intensidades, considerando desse modo o desenvolvimento desigual e combinado dos países de capitalismo central e periférico, o que tem se tornado conhecido como “populismo de direita” tem ganhado espaço no parlamento através de posturas anticientificistas, amparadas por forte apelo ao fundamentalismo religioso, xenófoba, racista e misógino, e que sugere conspirações e se apresenta como uma nova ordem radical, que através da violência verbal e física, faz uso das mídias sociais e questiona as instituições democráticas e os direitos relacionados à agenda da diversidade humana (mulheres, população negra, indígena e em particular da diversidade sexual (LGBT)).

Sobre isso, Barroco (2015) afirma que o conservadorismo precisou se modernizar para que pudesse ter condições de disputar ideologicamente as tensões provocadas pela ofensiva neoliberal. A vista disso, a autora nos diz que, sem renunciar ao seu próprio modo de compreensão do mundo, a ideologia conservadora absorveu as concepções neoliberais da economia, tornando-se deste modo:

(...) a forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 624-62).

Barroco (2015) a partir do pensamento de Russell Kirk - importante referência do neoconservadorismo norte americano - discorre sobre a centralidade que a moral cumpre na construção das convicções conservadoras, compreendidas como o alicerce estruturante da sociabilidade e da política de uma sociedade. Assim, não importa quais os meios a serem utilizados a fim de que estes ideais se concretizem: uma sociedade só será “boa” caso seja orientada por rígidas convicções de “justiça e honra” orientadas pelo o que é “certo e errado” (BARROCO, 2015, p. 625).

Logo, segundo Barroco (2004), de modo não mecânico, isto é, considerando as mediações necessárias desse processo, a moral exerce o papel regulador no comportamento social dos indivíduos. A vista disso, cumpre o papel de reproduzir as relações sociais a partir do ordenamento de costumes estruturados por hábitos, que por sua vez se tornam “normas e valores”, mas que, todavia, não costumam ser absorvidos de modo lúcido. Isto é, a adesão a certas tradições, não significa, necessariamente, a reprodução consciente destas ideologias, tendo em vista a ausência de um discernimento crítico a respeito da possibilidade de alternativas.

Logo, a consciência supõe a subjetividade, mas esta pode “legitimar” normas e valores sem, no entanto, ter conhecimento de alternativas e sem se responsabilizar por tais escolhas, isto é, sem assumir “por inteiro”, de modo consciente, as implicações dessa adesão. Na sociedade burguesa, a moral desempenha uma função ideológica: ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante (BARROCO, 2004, p. 9).

A partir disso, é possível assinalar que o crescimento da extrema direita e a forte polarização social que se forma diante de sua ofensiva no cenário contemporâneo, não significa, geralmente, a adesão consciente em favor da ideologia conservadora. Sobre isso, Iasi (2015)³⁹, no diz:

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação malfeita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que tem por fundamento as relações sociais determinantes (IASI, 2015).

Nessa direção, Barroco (2015) caracteriza a lógica de apelo a moralidade baseada em tendências irracionistas e de reificação das relações sociais, que encontram terreno fértil para desenvolver-se em tempos de crise, favorecendo a naturalização e o ocultamento das determinações socioeconômicas.

³⁹ De onde vem o conservadorismo. BlogBoitempo, 2020. s/p. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/> Acesso: 2015.

Em outras palavras, o processo de alienação intensificado pela intransigência neoliberal dos métodos da acumulação capitalista - marcado pela opressão e exploração de classe, sexo e raça – considerando a intensidade da disputa entre as classes sociais, o contexto histórico e o desenvolvimento político-econômico, favorece o surgimento de tendências irracionalistas, distanciadas de razão e de humanidade e ao que foi chamado de reificação⁴⁰.

A partir disso, os indivíduos deixam de visualizar a disputa de interesses que constituem as relações sociais e observam de modo raso e vazio de historicidade os processos relativos ao modo de produção e reprodução social.

Diante disso, a ideologia conservadora a fim de manter e perpetuar a ordem do capital, maneja as suas críticas à ausência de valores atribuídos a determinados grupos sociais, leia-se mulheres, pessoas LGBTQI+, negros e povos originários, de modo que os desvaloriza e os mantém sob as rédeas de um processo ainda mais intenso da acumulação capitalista.

Sobre isso, Barroco (2015) desenvolve sobre os rebatimentos neoliberais na composição política e jurídica do estado, junto de seus aparatos de dominação ideológica. A partir disso a autora analisa os referidos impactos nas condições de vida da classe trabalhadora, e na degradação moral e social dos indivíduos, dessa forma, materializando-se na “(...) na exploração, na dominação, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie, manifesta em ideias, valores e comportamentos (Barroco, 2015, p. 626)”.

Todo este processo de avanço do conservadorismo tende a se aprofundar na conjuntura da realidade brasileira mediante o golpe parlamentar (2016) que resultou na deposição de Dilma Rousseff (PT) assumindo seu vice Michel Temer (PMDB), e diante da crise do capitalismo financeiro, e a necessidade da burguesia brasileira em redefinir de quem serão as maiores fatias dos lucros e dividendos, o Brasil tem exponencialmente mergulhado em uma crise política, social e econômica. A política

⁴⁰ “(...) a identificação com coisas materiais (...), típica daqueles que não conseguem distinguir as formas em que as relações se expressam. (...) ‘Assim sendo’, aparecem como relações entre mercadorias, embora não sejam mais que expressões de relações entre classes sociais antagônicas. As relações sociais aparecem, pois, misticamente, como relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade. A reificação do capital é, pois, a forma mistificada em que a relação social do capital aparece na superfície da sociedade” (IAMAMOTO, 2014, p. 37 e 38).

conciliadora de agradar gregos e troianos, muito mais aos gregos bancários que aos troianos da classe trabalhadora, chegou ao fim de forma dramática.

Em 2018, com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, um político ultraconservador, com pensamento reacionário de extrema direita, assume o governo federal, que apresenta traços bonapartistas no modo de governar. O cenário de crise se intensifica, impiedosamente, em face do ataque que promove aos direitos da classe trabalhadora, notadamente, com a indicação para a realização da contrarreforma da previdência e a violação de direitos no tratamento destinado às mulheres, população negra e LGBT. Nada disso pode ser analisado como novidade, pois antes da eleição presidencial, Bolsonaro foi condenado por dizer que não estupraria uma parlamentar do partido dos trabalhadores porque ela não merecia por ser feia⁴¹, dentre muitas outras ações de preconceito e violência. Chegou, portanto, ao poder sem máscaras quanto ao seu entendimento sobre as mulheres, LGBT'S, negros e negras, indígenas e a população mais pobre.

Suas primeiras medidas foram as de extinguir o ministério do trabalho; unir os ministérios da agricultura e meio ambiente - entregando a responsabilidade da demarcação das terras indígenas aos donos do agronegócio. Ademais, sobressaiu o ataque orçamentário e político aos institutos públicos e federais com tamanha força que, diversas universidades anunciaram que não tinham condições de desenvolver suas atividades por falta de recurso.

Para além disso, facilitou a implementação de novos critérios para a posse legal de armas, que inevitavelmente ampliaria a realidade de violência, notadamente em relação ao feminicídio. De acordo o atlas da violência de 2020, houve o crescimento de 25% de mulheres mortas dentro de casa por armas de fogo entre 2013 e 2018 (IPEA,2020, p.39)⁴².

Das tantas violências contra a população uma de suas mais graves empreitadas, referiu-se a obstinada missão em levar até as últimas consequências, a aprovação da reforma da previdência, que o ex-presidente Michel Temer fracassou

⁴¹ STJ mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a Maria do Rosário. G1,Globo, 2020. Disponível em:<https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml>Acesso: 2020.

⁴² “Concluindo, ao analisar a tabela 8, verificamos que, entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo em que a taxa de homicídio de mulheres fora de casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, o que é um indicativo do crescimento de feminicídios. Nesse mesmo período, o aumento de 25% nos homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências, por sua vez, parece refletir o crescimento na difusão de armas, cuja quantidade aumentou significativamente nos últimos anos.” IPEA,2020, p.39

em implementar. Na prática, a aprovação da reforma da previdência do governo Bolsonaro significou a impossibilidade de aposentadoria, considerando a faixa etária de vida média no Brasil. A idade mínima para o recebimento dos proventos é de 62 para as mulheres e 65 para os homens, com a obrigação de 20 anos de contribuição.

Para os/as trabalhadores/as rurais, o tempo de contribuição mínima ficou em 15 anos, igualando homens e mulheres, com idade mínima de 55 para mulheres e 60 para os homens, desconsiderando o trabalho intenso e que recaem sobre as mulheres e as duras condições de trabalho dos/as trabalhadores/as do campo. Em síntese, a reforma da previdência aprovada destruiu direitos do conjunto da classe trabalhadora em sua heterogeneidade.

O cenário é sem dúvidas devastador e o impacto vem atingindo de modo brutal a vida das mulheres, que ainda se encontram nos subempregos, com os piores salários e com a imposição quanto aos cuidados dos doentes, dos idosos, incluindo a naturalização da responsabilidade com o trabalho doméstico.

Ademais, o campo de disputa ideológica também apresenta uns alvos certos. Ao entregar grande parte de seus ministérios aos representantes de sua confiança, e sem o mínimo critério técnico, dentre estes a pastora Damares Regina Alves, de 55 anos, e que detém os diplomas de mestre em educação, mestre em direito constitucional e direito da família, todos sem reconhecimento do MEC e emitidos por Deus, conforme ela mesma relatou - para assumir o antigo Ministério dos Direitos humanos, transformado no ministério dos Direitos humanos, das mulheres e da família.

Por hora, desconsiderando a postura tragicômica de Damares, que possui diversas declarações polêmicas e que viralizaram na redes como piadas, a ministra do “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” é responsável por enfáticas posições favoráveis à “ideologia de gênero”, guerra contra as drogas e a defesa do projeto “Estatuto do nascituro” que prevê a concessão de um salário mínimo aos nascituros resultantes de violência sexual e a proibição total da possibilidade de abortamento, mesmo nos casos já permitidos por lei, como a gestação de feto anencefálico ou em casos de estupro.

Frente a esta realidade, temos iniciativas de resistência e de luta. Até aqui tais iniciativas não foram capazes de assegurar uma mudança na correlação de forças entre direita e esquerda, mas são importantes como reconhecimento que a classe trabalhadora ou melhor determinados segmentos desta classe se movimenta, articula

e luta. Os movimentos feministas fazem parte dessa resistência e de parte da população que segue organizando as lutas sociais. Veremos no próximo item como a agenda feminista segue se fortalecendo no enfrentamento cotidiano do conservadorismo.

2.2 Agenda Feminista: Resistência e luta contra o conservadorismo

Em 2013 a crise política e econômica que evidenciou ainda mais o esgotamento dos governos petistas de conciliação de classes explodiu nas ruas. O marco desse processo foram as manifestações contra o aumento das passagens por todo o país que culminaram nas jornadas de junho, um movimento amplo que extrapolou suas pautas e trouxe diversas reivindicações pelo direito à cidade, mais investimento em políticas de amparo social e equipamentos públicos.

A partir disso, considerando os anos de governo petista e a ausência de seu trabalho de base, o desmantelamento do serviço público, a militarização na periferia, o desgaste ocasionado pelos gastos com a copa do mundo, a proximidade e o espaço dado a bancada religiosa - principalmente no governo Dilma⁴³, abriram espaço para um novo período político no Brasil.

Em seu governo, Rousseff, chegou a implementar a lei antiterrorismo⁴⁴, que na prática proíbe a organização de eventos “ideológicos” e enquadra militantes como inimigos da ordem, e da paz social. Todo esse cenário, atrelado a ausência da esquerda enquanto direção política, possibilitou os caminhos para a ascensão do conservadorismo no Brasil. Sendo assim, por meio de pautas contra a corrupção, direito ao aborto, e o que ficou conhecido como “ideologia de gênero”, entre outras, ideólogos e militantes passaram a organizar e dar visibilidade a sua agenda ultraconservadora. Racismo, LGBTfobia, misoginia, ataque aos imigrantes, à população indígena e aos direitos da classe trabalhadora ganharam visibilidade política.

De 2013 em diante, as mulheres protagonizaram diversas manifestações pelo país a fora: campanhas contra o Estatuto do Nascituro (2013)⁴⁵, contra o turismo

⁴³Ver: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-recebe-apoio-de-15-igrejas-evangelicas,585634>

⁴⁴ Ver: <https://apublica.org/2014/03/leis-antiterrorismo-preocupam-movimentos-sociais/>

⁴⁵ O Estatuto do Nascituro diz respeito à projetos de leis semelhantes que consideram nascituros dignos de direitos. Diante desse entendimento os projetos preveem dificultar o acesso a pílulas de controle

sexual na copa do mundo (2014), pelo o #ForaFeliciano⁴⁶, #ForaCunha⁴⁷, a organização da marcha das vadias, campanhas contra a violência e assédios que invadiu as ruas e as redes sociais em 2015, campanhas contra estupros, como por exemplo “As mulheres querem viver” realizada em Natal, no ano de 2016, em resposta a uma serie de estupros em bairros da cidade. Em 2017, estivemos nas lutas contra a criminalização do aborto com a PEC 181, e contra a reforma da previdência, que gerou uma das mais importantes greves gerais que tivemos no país.

Em 2018, já no início do ano, atos espontâneos tomaram conta das ruas do país após o assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, assassinada brutalmente com tiros na cabeça, e que até hoje não temos todas as respostas sobre este bárbaro crime que envolve racismo, misoginia e o explícito ataque à esquerda e à classe trabalhadora. Nesse mesmo ano as mulheres se organizaram pelo o #EleNão⁴⁸, que incendiou o país em diversas cidades e capitais. A campanha do #ViraVoto⁴⁹ também marcou 2018, e assim como o Tsunami da educação em 2019, a as lutas contra a reforma da previdência, se organizaram contra a ameaça proto-fascista de Bolsonaro. Em 2019, também tivemos iniciativas de apoio a greve internacional de mulheres que se organizava em diversos países afora.

É importante dizer que a composição dessas manifestações foi protagonizada essencialmente por mulheres, em dados momentos, de modo massivo, como os atos do #EleNão⁵⁰, os 8M⁵¹, e os primeiros atos por respostas a morte de Marielle.

reprodutivo, e o direito ao aborto até mesmo em casos previstos por lei, obrigando as mulheres a gestarem o fruto de uma violência sexual. Ademais, caso o estupro seja localizado, será responsável pela criança por meio de pensão alimentícia, lhe tornando pai. Estes projetos ao longo dos anos veem sendo desarquivados e novamente arquivados mediante pressão do movimento feminista nas ruas e no parlamento.

⁴⁶ Consigna que representou o levante do movimento feminista e LGBT contra o pastor, e fundamentalista religioso, Marcos Feliciano. O deputado assumiu a Comissão de Direitos Humanos da câmara dos deputados em 2013 e tem extensa lista de declarações racistas, machistas e homofobicas além de ter sido publicamente denunciado por agressão e tentativa de estupro. Enquanto presidente da comissão de direitos humanos atuou em favor da agenda conservadora, e dentre outros, apresentou um projeto de lei que sugeria a “cura gay” através de tratamento psicológico e terapêutico.

⁴⁷ Consigna que representou o levante do movimento feminista contra a atuação do ex-deputado Eduardo Cunha enquanto presidente da câmara dos deputados. Representante da ala conservadora e evangélica, Cunha colocou em pauta diversos projetos de lei contra os direitos das mulheres, dentre estes, a PL 5069, em que ele foi coautor, que modifica a lei de atendimento as vitimas de violência sexual no país. Cunha também foi um dos principais articuladores do *impeachment* de Dilma.

⁴⁸ O #EleNão colocou milhares de mulheres e LGBTs nas ruas de todo o país contra a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro.

⁴⁹ O #ViraVoto representou a movimentação da esquerda nas ruas com o proposito de dialogar com a população a fim de evitar a eleição em segundo turno do atual presidente Jair Bolsonaro.

⁵⁰ Ver mais em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

⁵¹ Organização de mulheres em torno do 8 de março, dia internacional da mulher.

Os movimentos feministas, dessa forma, por meio de diversas organizações em todo o país se constituíram como uma potente força de resistência. Dentre a diversidade de movimentos, foram as que mais movimentaram as ruas, as redes sociais e manifestaram posicionamento crítico ao conjunto de ações conservadoras impostas pelas forças políticas do governo Federal e aquelas espalhadas pelos estados e municípios.

Apesar disso, não fomos capazes de barrar o avanço conservador. Para isso é necessário que o movimento feminista se organize a partir de uma agenda anticapitalista, antirracista e antilgbtfóbica, mediante a participação em sindicatos, coletivos e partidos políticos, utilizando instrumentos como os de greve por exemplo, a fim de parar a produção e a reprodução do capital.

Sendo assim, compreendemos que a fragmentação da esquerda e a ausência de uma agenda notadamente anticapitalista, antirracista e antilgbtfóbica, como mencionamos logo acima, além da necessária atuação de um partido de referência e de massas, como foi o PT na década de 1980, impossibilitou a aglutinação e a canalização da potencialidade do movimento feminista.

Ao invés disso a tendência à colaboração de classes se instaurou de forma hegemônica entre vários sujeitos coletivos no campo das esquerdas. Do ponto de vista teórico-metodológico significa adesão às formas fragmentárias e ruptura com a perspectiva de totalidade na vida social. Um aspecto central que diferencia as tendências feministas é a incorporação ou não dos fundamentos marxianos como solo por onde devem ser agregados novas questões e os desafios contemporâneos. O entendimento da categoria trabalho é, neste sentido, fundamental.

2.3 A centralidade no trabalho e seus rebatimentos no movimento feminista

O trabalho como categoria central de análise é indispensável a qualquer movimento crítico que se proponha a enfrentar de maneira radical as estruturas da sociedade do capital. O movimento feminista materialista e de orientação marxiana, deste modo, tem como pilar a divisão social, sexual e racial do trabalho que se desdobra a partir das relações sociais de classe, sexo e raça.

Diante desse entendimento compreendemos que a história da humanidade não se trata simplesmente da evolução biológica da espécie e sim de como a interação

social que se desenvolveu entre os indivíduos a partir da transformação da natureza, por meio do trabalho, habilitou a espécie à reprodução de sua própria existência e da sociabilidade. Essa seção se propõe a apresentar brevemente o desenvolvimento do ser social e as suas implicações no desenvolvimento histórico.

Sendo assim, por trabalho, compreende-se a transformação da natureza através da teleologia, isto é, a capacidade humana de projetar mentalmente o desejo de suas ações, e da causalidade, que representa a objetivação de suas ideias, ou seja, o resultado desta projeção. Sendo assim, a troca estabelecida diante desta ação, de modo dialético, transforma não somente a natureza, mas também o indivíduo, que a fim de garantir a reprodução social de sua espécie, provoca o salto ontológico e histórico que o afasta de sua condição meramente biológica. Dessa maneira, o trabalho se configura como o primeiro ato fundante do ser social (TONET 2010).

Barroco (2015), nessa direção, nos diz que a interação humana com a natureza mediante o trabalho tornou vital o contato através da linguagem e demais práticas de interação social com outros indivíduos. Estes, por sua vez, moveram-se ao próprio reconhecimento enquanto espécie diante da necessidade de cooperação a partir da realização de determinadas atividades de interesse comum. Dessa forma, entende-se que a sociabilidade é indissociável a totalidade das objetivações dos indivíduos.

Diante disso, se faz importante assinalar que a existência do ser social vai além de sua relação direta com o trabalho, entendendo esta como uma categoria complexa, e composta por diversas determinações que envolvem “outras dimensões da práxis”

⁵² Sobre isso, Tonet (2010, p.4) nos diz,

[...] afirmar o trabalho como fundamento ontológico do ser social não significa, de modo algum, para Marx, dizer que o trabalho esgota a natureza deste ser. [...] Trabalho é o intercâmbio do homem com a natureza. [...] ao trabalho incumbe a tarefa de produzir os bens necessários à existência da humanidade através da transformação da realidade natural. Mas, sua própria natureza faz com que ele seja o fundamento de uma complexificação cada vez maior do ser social. Ao alterar o mundo natural e modificar-se a si mesmo, o homem se faz como um ser capaz de criar constantemente o novo, e não simplesmente reproduzir o mesmo. Deste modo, o ser social se torna cada vez mais complexo, o que dá origem a novos problemas.

Sendo assim, ainda que o trabalho não esgote a natureza do ser, como evidenciamos anteriormente, é por meio dele que ocorrem as mediações necessárias

⁵² Cisne e Santos (2018, p.28)

para o desenvolvimento de outras habilidades e atividades a respeito de si, e da relação com o outro. A vista disso, mesmo que a função social não esteja diretamente ligada a transformação da natureza - a ideia de fazê-lo, e de tê-lo feito, estabeleceu uma relação de troca orgânica com o natural que lhe capacitou para a criação constante do que é novo.

O indivíduo deste modo, desenvolve a subjetividade e também a linguagem, a política, a arte, a cultura, cada qual com a sua importância e função, a depender das variações ao longo processo histórico e reprodução do ser social (Tonet, 2010)

Diante disso, é possível identificar que o desenvolvimento de outras dimensões apreende uma relação de dependência ontológica em relação ao trabalho, mas de autonomia relativa. Desse modo, Tonet (2014) adverte que é a ausência deste entendimento no sentido ontológico, que provoca a existência de abordagens mecânicas, e economicistas, e nos diz,

Ora, a dependência ontológica significa apenas – e precisamente – que o trabalho é a raiz a partir da qual, em momentos e com funções sociais diferentes surgem as outras dimensões. Mas, não significa que estas outras dimensões sejam uma emanção direta do trabalho, nem que sejam inferiores ou superiores a ele. Até porque sua configuração resulta não apenas de sua relação com o trabalho, mas também com todas as outras dimensões (Tonet, 2010, p. 4).

De outra maneira, a fim de evitar distorções da teoria marxiana, é necessário o entendimento de totalidade do processo de relação metabólica entre ser o social e a natureza, compreendendo a transformação mútua por meio de diversas mediações que consideram não somente as questões objetivas, mas também subjetivas.

Dito isso, Tonet (2014, p.4) enfatiza que não há outra dimensão, que não o trabalho, com a mesma função de fundamento ontológico do ser social. Este é o entendimento central da teoria marxiana, e é disso que se constitui o seu caráter revolucionário. Quaisquer tentativas que se proponham a invalidar este pensamento recaem de um modo ou de outro numa perspectiva reformista, que não se propõe a romper com as engrenagens de funcionamento do capital.

Ademais, de modo semelhante, a natureza das outras dimensões sociais só deve ser compreendida,

[...] na medida em que se identifica, a partir da sua gênese, a função que elas exercem na reprodução do ser social. Vale dizer, não é a subjetividade que define o papel que cabe a cada uma delas. É o processo objetivo que o estabelece (TONET, 2010, p.4)

Isto é, estas dimensões não devem ser isoladas do processo histórico e de seu contexto de reprodução social dos indivíduos, nem observadas de modo unicamente subjetivo, evitando dessa forma a superestimação ou a subestimação de seus papéis. Questão fundamental no entendimento da relação entre trabalho e política, ou o modo em que se compreende a forma política e econômica do capital.

Ademais, Tonet (2010) ressalta a importância de que se compreenda o ser social como uma totalidade, como mencionamos anteriormente, e em constante processo. Sendo assim, a partir de uma matriz referencial, compreendida aqui pela categoria do trabalho – ela se desdobra em múltiplas dimensões. Isto é, como diria Lukács, o ser social deve ser compreendido como um “complexo de complexos” em que todas as partes “interagem e se constitui em determinação recíproca.” TONET, 2010, p. 5). Deste modo, diferenciando-se do pensamento “pós moderno” que compreende o ser social como um “amontoado de partes que se justapõem ou se relacionam arbitrariamente e fortuitamente” (TONET, 2010, p. 5) no entendimento marxiano, o ser social possui uma lógica, baseada em atos singulares, condensados em determinações históricas que dão origem a diversas formas de sociabilidade, e determinações internas (TONET, 2010).

3. A ARTICULAÇÃO ENTRE CLASSE, RAÇA E SEXO NO ENFRENTAMENTO AO CONSERVADORISMO

Neste capítulo analisaremos algumas das movimentações feministas que até hoje inspiram as lutas sociais. Partimos de um breve histórico, a fim de resgatar a importância das iniciativas e estratégias políticas, isto é, as movimentações no universo de construção do feminismo em sua diversidade, com destaque *para o movimento de mulheres a partir dos anos 1960*. Considerando que o feminismo é construção histórica apresentamos o processo de construção do entendimento das relações sociais de classe, raça e sexo/gênero, destacando no campo do feminismo materialista as concepções das relações sociais patriarcais, das relações sociais de sexo e de raça. Apresentaremos, também, uma breve síntese das duas principais tendências no universo do feminismo que lidam com a articulação entre classe, raça e sexo: a perspectiva interseccional e a perspectiva da consubstancialidade considerando suas origens e as contribuições, questões e polêmicas da produção feminista sobre classe, raça e gênero.

3.1 – Breve Histórico de transição da acumulação primitiva para a sociedade moderna e as principais movimentações dos movimentos feministas que inspiram lutas contemporâneas.

A transição do modelo medieval para a sociedade moderna - que aconteceu entre os séculos XVII e XIX - no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e da prosperidade cultural a partir da livre expressão artística e filosófica, além do marco histórico dos direitos civis e políticos conquistados pelos homens, foi considerando um salto de consciência e avanço para a humanidade pelo modo em que aprimorou os nossos conhecimentos técnicos e científicos.

Fundamentado nos direitos de liberdade, igualdade e fraternidade o marco desse processo foi a Revolução Francesa (1789-1799) – revolta armada em que camponeses, servos e burgueses se uniram contra o sistema absolutista e o poder dominante da igreja católica.

No entanto, as bases históricas desse decurso consideram um passado de perseguição e morte de milhares de mulheres, atrelado ao genocídio de populações nativas que destruiu culturas, saqueou riquezas, expropriou terras e escravizou muitos

povos. Sobre isso, Almeida (2018), discorre sobre as revoluções liberais que ocorreram na França, Inglaterra e Estados Unidos, e que representaram o ápice de um processo de reorganização do mundo a partir de:

“[...] uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista, E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou colonialismo. (ALMEIDA, 2020, p. 19).

Almeida (2018) relata que o conceito de raça aparece neste contexto transformando as diferenças humanas em objeto científico a fim de justificar as invasões de terra, escravidão, catequização e as mortes causadas pela necessidade de expansão colonial.

A ciência moderna – positivista - a partir dos estudos biológicos e físicos, tornava-se responsável por explicar a diversidade humana, atribuindo a outros povos características animais, de bestialidade, lascívia, e ausência de Deus. Assim sendo, o determinismo biológico e geográfico, evidenciados pela territorialidade e cor da pele, se tornavam fatores para explicar a suposta deficiência intelectual, e a ausência de moralidade de outros povos (Almeida, 2018).

De modo semelhante, para a filósofa Silvia Federici (2013) existe um paralelo entre o período de expansão colonial dos espanhóis em terras americanas, com o aumento da perseguição e julgamento de mulheres consideradas “bruxas”. O ápice desse processo ocorreu entre os anos de 1580 e 1630, isto é, justamente a “época em que as relações feudais já estavam dando lugar as instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil (Federici 2013, p. 300)”.

Federici (2013, p.300) citando Laner, discorre ainda que estas perseguições não aconteceram de modo espontâneo, vindo das classes subalternas, sob a qual haveria a necessidade de os governantes intervir. Ao contrário disso, aconteceu pela disseminação de ódio a partir da doutrinação religiosa e diante de ameaças a quem protegesse as mulheres consideradas bruxas.

Percebe-se, deste modo, que a promessa de um mundo novo embebido dos ideais iluministas da razão moderna e dos direitos naturais, nasce a partir de estruturas de dominação e relações de poder desiguais. Dessa forma, o Contrato social e a Declaração universal dos direitos do homem, marcos políticos e econômicos do mundo moderno, não contemplou mulheres, especialmente mulheres negras,

pobres e racializadas e de modo semelhante não contemplou as terras colonizadas. Sobre isso, Saffioti (2013), nos diz

A instauração de um novo modo de produção envolve um grande ônus para certos setores da população de uma sociedade. Na passagem do modo de produção feudal para o modo capitalista este ônus social pesará sobre os estamentos inferiores da antiga ordem que, progressivamente, se vão constituindo como classes sociais subprivilegiadas (SAFFIOTI, 2013, p.19).

Deste modo, o Estado moderno libertou os homens brancos de suas obrigações servis e de lealdade aos senhores: os antigos servos se tornaram livres para comprar ou vender a força de trabalho - através da igualdade jurídica, supostamente emancipados pela democracia. No entanto, mesmo após as conquistas da revolução, as mulheres filhas da burguesia ainda “eram obrigadas a viver a inutilidade e ‘a vida de’ mero ornamento” (Aruzza 2019, p.39), reclusas ao ambiente doméstico, e aos casamentos arranjados. Enquanto as mulheres negras e pobres, as primeiras, continuaram na miséria da escravidão, propriedade das mulheres brancas burguesas, que exigiam o direito à propriedade, mas que por ironia detinham o direito de escravizar outras mulheres.

No que se refere às mulheres pobres, ao longo das décadas foram inseridas junto de seus filhos nas grandes fábricas. Essa inserção ocorreu por reivindicação própria, com o intuito de requerer autonomia financeira e, também, por necessidade do capitalismo no pós-guerra, no entanto, ela ocorreu considerando os piores postos de trabalho e diante de baixíssimos salários, ausência de direitos e sem a desresponsabilização dos encargos da vida doméstica. Eram meras engrenagens das maquinarias, assistindo a morte de seus filhos e a partir de jornadas exaustivas e condições de trabalho degradantes.

O desenrolar de todo esse processo histórico, no entanto, não aconteceu sem a resistência das mulheres, representando os interesses de sua classe/ raça/etnia. Os capitalistas, neste período, desenvolveram as práticas mais impiedosas de extração de mais valia, sendo as fábricas verdadeiros campos de tortura. Nessa perspectiva, as mulheres eram objetificadas e se tornaram extremamente lucrativas, considerando que a sua força de trabalho possuía um valor ínfimo, se comparado ao salário dos homens, apesar da mesma jornada de trabalho (GOLDMAN, 2014).

Este nível de exploração provocou a organização de trabalhadores e trabalhadoras dentro das próprias fábricas, a partir da organização em sindicatos e

partidos políticos. Na Rússia, Inglaterra e Alemanha, as mulheres socialistas, encampadas pela teoria marxista, e a herança de Flora Tristan⁵³, conclamavam a libertação das mulheres e do povo operário. Nessa direção, lutavam pela redução das jornadas de trabalho, melhores salários, licença maternidade, creches e condições dignas de trabalho, tendo como referência as clássicas marxistas Clara Zetkin e Alexandra Kollontai.

Na luta pelo sufrágio, Toledo (2014), aponta que a revolucionária Clara Zetkin, dirigente da seção feminina do partido comunista Russo, orientava “ganhar as mulheres para a luta do socialismo, arrancando-as das ilusões burguesas do reformismo”⁵⁴ e compreendia que a unidade de ação desse movimento tinha a tarefa de despertar a consciência das mulheres para a luta (Toledo, 2014).

Na Rússia, as mulheres foram além. Em fevereiro de 1917 – considerado o dia de luta das mulheres no país – estas foram as ruas reivindicar pão, paz e terra, e melhores condições de vida e salário, e a potência dessa organização foi a fagulha do movimento operário e considerado o ensaio para a tomada do palácio de Versalhes. Depois da vitória, já nos primeiros meses do Estado operário, houve o avanço jurídico em toda a legislação que rebaixava as mulheres em relações aos homens (GOLDMAN, 2014).

Desse modo, em 1917, questões como direito ao aborto, divórcio, pensão alimentícia e descriminalização das relações de pessoas do mesmo sexo, tornaram-se lei. Ainda no intuito de liberar as mulheres do fardo das tarefas domésticas, lavandarias públicas foram criadas e creches e restaurantes possibilitavam o cuidado coletivo das crianças e da alimentação da população (GOLDMAN, 2014).

Nos estados Unidos, o movimento de mulheres desenvolveu-se paralelamente à luta contra a escravidão e nessa trajetória precisou resistir e enfrentar o racismo e ausência do entendimento de classe das mulheres burguesas que frequentemente as excluía dos processos de organização de política.

O racismo das mulheres brancas dentro do movimento sufragista, por exemplo, conforme nos relata Davis (2016), por vezes exigia que elas escolhessem as lutas das mulheres – no sentido universalista, ou a unidade conjunta com a luta

⁵³ Flora Tristan foi uma ativista de origem franco-peruana, socialista e percussora – antes mesmo de Marx, na relação entre a necessidade de organização da classe trabalhadora e a sua emancipação, considerando as mulheres como parte fundamental desse processo.

dos operários. Diante postura das mulheres negras em negar a unidade com os seus camaradas, as mulheres burguesas as consideravam inimigas (DAVIS, 2016).

No entanto, na primeira Convenção Nacional pelos Direitos das mulheres, em Akron, cidade de Ohio - 1851, a abolicionista Sojourner Truth, enfrentou uma plateia de homens que ridicularizada as reivindicações das mulheres sob a alegação de “sexo frágil” e argumentos religiosos de maldição do pecado de Eva. Truth tornou o seu discurso um dos mais importantes da história das mulheres no XIX^o (DAVIS, 2018).

Sojourner Truth, que era reconhecida pela eloquência e por sua voz que “soava como um eco de trovão” (Davis, p. 72, 2018) enfrentou uma plateia inteira de homens e mulheres brancas, narrando seu trabalho nas plantações, a violência dos chicotes, os filhos que lhe foram arrancados e a força adquirida diante do nível de exploração que sofria. Desse modo, em dado momento indaga a plateia dizendo “E eu não sou uma mulher?” “Olhe para mim, olhe para o meu braço!” (Davis apud Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony (DAVIS, 2018: p. 72) Davis, relata a surpresa, e o espanto de todos e todas, e de que, apesar do racismo que sofriam, as mulheres negras apoiavam o movimento de mulheres.

Davis (2016) relata ainda o esforço das mulheres brancas burguesas em conquistar o engajamento das mulheres operárias que por sua vez, até dado momento, não visualizavam no sufrágio as reais necessidades de suas demandas, muito mais preocupadas com as condições de vida de todo o movimento operário. A força e a unidade desse movimento cresceram a partir da identificação das pautas entre mulheres negras e operárias que passaram a ser organizar dentro das fábricas por melhores condições de salário e diversas pautas, e estas foram centrais nas conquistas pelo sufrágio, apesar da batalha posterior em garantir sua efetivação.

Apesar de todo esse cenário, a unidade entre os movimentos ocorreu. As mulheres conseguiram conciliar suas pautas no âmbito da legalidade, exigindo a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e o acesso à educação, direito ao sufrágio universal, e à participação e à organização política.

É importante evidenciar diante do exposto dois aspectos. O primeiro refere-se aos limites da unidade entre as burguesas e as proletárias, a partir da conquista dos direitos políticos, Toledo (2014) aponta que a unidade desses movimentos nunca mais foi a mesma, considerando que há interesses que são inconciliáveis entre as classes. O segundo aspecto refere-se à potencialidade de espraiamento das lutas sociais e em especial das lutas feministas. Este momento histórico embora distante dos dias atuais,

inspiram mulheres no Brasil e no mundo inteiro a lutar por direitos, a enfrentar o conservadorismo e sua fúria em tentar desqualificar e destruir a agenda feminista. A luta das mulheres contra o conservadorismo vem de longe e as lições históricas que precisamos extrair dessas lutas são muitas.

3.2 Movimento de mulheres a partir dos anos 1960

Nessa direção, a era de levantes e manifestações que ocorreu especialmente nas décadas de sessenta e setenta do século XX se apresentam historicamente como um marco pela luta da ampliação de direitos. As reivindicações giravam em torno da revolução cultural, e das particularidades da diversidade que as mulheres e a juventude apresentavam a respeito de seu sexo, sexualidade, questões raciais e étnicas, o direito à diferença e as liberdades individuais, priorizando enfrentamentos no campo institucional parlamentar, mas que, também, foi marcado por experiências revolucionárias com intenção de ruptura com estratégias feministas de caráter reformista. Podemos afirmar, portanto, que a direção social dessas lutas afirmou hegemonicamente um posicionamento crítico sobre várias dimensões da vida social e os processos de violação dos direitos das mulheres, sem, no entanto, afirmarem a luta anticapitalista, que recebeu tratamento por grupos minoritários.

Neste período, as primeiras reflexões teóricas sobre o conceito de patriarcado e as suas respectivas origens, evidenciando outras importantes diferenças dentro do movimento de mulheres, como por exemplo o entendimento dos sistemas de sexo/gênero e as relações sociais de sexo ou gênero.

Ademais, o movimento feminista voltou-se a contemplar questões como: direitos reprodutivos, violência entre os sexos, divisão sexual do trabalho, reprodução social e a necessidade de reunir uma perspectiva teórico-política que considera as questões subjetivas, e também, na relação com o outro - principalmente no âmbito dos espaços considerados privados, bem como questões relativas ao espaço público, sintetizando essas pautas com o slogan “o pessoal é político” (INÁCIO, 2014).

Foram décadas de um cenário mundial repleto de crises, em que o capitalismo escancarava as suas contradições e a luta de classes encontrava-se em plena ebulição. Marcado por massivas manifestações populares, greves gerais em diversos países, paralizações e barricadas, que apresentavam a necessidade um novo modelo

econômico. Dentre estas, está o histórico Maio de 68 na França, os anos de enfrentamento à ditadura militar no Brasil e a força do movimento negro *Black Power* nos Estados Unidos.

No entanto, conforme afirma Arruza (2019, p. 63) apesar “do envolvimento massivo e do papel fundamental em que as mulheres desempenharam nesses movimentos e organizações, elas não ocuparam um papel de liderança correspondente, ‘e foram’ sufocadas pelas lideranças sexistas masculinas (...)”.

No Brasil, e em parte considerável da América latina, conforme afirma Inácio (2014) em razão da forte ofensiva dos países de capitalismo central nos países de capitalismo periférico, as organizações feministas voltaram-se muito mais ao enfrentamento contra as ditaduras militares, do que as suas próprias pautas específicas. Apesar disso, a autora relata o esforço das marxistas de buscarem conciliar as questões de raça e as questões de sexo/gênero com as pautas dos movimentos sociais, buscando superar os equívocos das abordagens economicistas que secundarizavam a questão das mulheres para um segundo plano.

Diante disso, as marxistas feministas seguiram, e ainda seguem, no empenho de superar o falso entendimento - abstrato e idealista - de que a classe trabalhadora não é determinada além das questões societárias, por questões que dizem respeito à composição de sua diversidade, compreendendo, as relações sociais em sua complexidade. A estrutura sexista das sociedades, também, corresponde à realidade dos movimentos sociais, apesar de sua composição heterogênea.

É importante, também, mencionar, o papel de todas as religiões reforçando a defesa da família, da propriedade privada e de um ethos favorável à reprodução da sociedade capitalista. No entanto, considerando o movimento contraditório da realidade, temos a força da dinâmica contraditória, a exemplo dos trabalhos de base e de mobilização popular na perspectiva de frear o avanço do conservadorismo⁵⁵.

Em meio a todo este emaranhado, Arruza, (2019, p.63) relata os conflitos que ocorriam dentro do movimento feminista, neste caso, sobre as mulheres afro-americanas, lésbicas, latinas, imigrantes, e da classe operária, que teciam duras críticas ao movimento branco liberal-burguês.

⁵⁵ A análise refere-se ao trabalho de base feito juntamente a igreja católica no período da ditadura militar no Brasil, e de sua atuação positiva nesse enfrentamento, apesar do efeito contraditório de também limitar a atuação das pautas referentes ao movimento de mulheres no país.

As críticas decorriam principalmente da teorização de conceitos supostamente universalizantes como os de “sororidade” que, em suma, consideram o sexismo como a fonte de todas as opressões, e em vista disso, propõe a unificação de todas as mulheres de modo generalista, diluindo e hierarquizando as suas particularidades de lutas, em prol do combate às práticas da violência sexista, (Arruzza, 2019), questões estas notadamente antigas que reaparecem como novas em um novo cenário.

A importância de evidenciar esse processo tem como intuito 1) historicizar o processo de opressão e exploração que o desenvolvimento das relações sociais de classe, imbricada nos sistemas de opressão de raça e sexo/ sexualidade, foram e são centrais para a acumulação primitiva do capital e o seu desenvolvimento devastador; 2) resgatar o histórico de lutas dos movimentos feministas, entre pautas divergentes e convergentes, bem como reconhecer os seus avanços e conquistas; 3) assinalar a importância do debate feminista a partir de uma perspectiva crítica que compreenda a imbricação das relações acima mencionadas, e desta forma, nos debruçarmos sobre a divisão social, sexual e racial do trabalho, debate central para apreender o método da exploração e espoliação capitalista, considerando, ainda, o trabalho doméstico e de cuidados, não pago as mulheres até os dias de hoje, a fim de apresentarmos saídas políticas e estratégicas de superação da ordem do capital.

Dito isso, é a partir da centralidade do trabalho e o desenvolvimento do ser social, que faremos uma breve apresentação a fim de estruturar as relações de dominação que sustentam a sociedade capitalista, e compreendermos de que modo, estas relações enoveladas e consubstanciadas, operam de modo diferenciado na vida de mulheres, pessoas negras e LGBTQs. A partir disso, apresentaremos as concepções de patriarcado, relações sociais de sexo, e divisão sexual e racial do trabalho.

3.3 Relações Patriarcais de Sexo

Conforme pode ser observado no início deste capítulo, as relações que estruturam o desenvolvimento do capital desde o seu modo primitivo, compreendeu a opressão e exploração de pessoas racializadas, sendo a criação da ideia de raça fundamental para esta opressão, e de modo semelhante, o controle reprodutivo e de domínio dos corpos das mulheres.

No que diz respeito ao patriarcado, para Delphy (1998, p. 175), uma das referências do feminismo neste debate, o patriarcado significa em sentido literal o poder do “pai”. Sobre isso, a autora evidencia que o termo é quase um sinônimo da dominação dos homens, considerando que o patriarcado representa uma formação social e histórica em que os homens detêm o poder.

De acordo com Cisne e Santos (2018, p. 45), não foram relações que surgiram espontaneamente no mundo, e sim, possuem bases sociais e históricas, que se estruturam a partir:

- 1) das relações de sexo e sexualidade; 2) a constituição da família burguesa monogâmica e hetero-patriarcal, atrelada a dominação do corpo da mulher e por consequência de sua subjetividade, no que diz respeito a sexualidade, direitos reprodutivos; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência patriarcal de sexo e sexualidades
- Cisne e Santos (2018, p. 45).

Sobre a estrutura dessas relações, a autora Silvia Federici (2013), discorreu em sua pesquisa o modo em que ao longo da história, a demonização e moralização a respeito do corpo e da subjetividade das mulheres foram centrais para a acumulação capitalista. Neste sentido, a autora relata o histórico de exploração e opressão das mulheres negras, indígenas e europeias, através do controle das crenças, costumes, sexualidade, possibilidade de autonomia reprodutiva e financeira que lhes colocava enquanto meras reprodutoras da mão e obra e das tarefas domésticas da família.

Essas relações de poder impostas por uma dinâmica de controle e medo como diria Saffioti (2004), ainda é fruto de muitas discussões e polêmicas no universo do movimento feminista, no sentido de qual o momento em que as diferenças de sexo passaram a ser naturalizadas e utilizadas como forma de poder.

Engels nessa direção, na clássica obra “a origem da família e da propriedade privada” realizou um estudo sobre diversos modelos de família, e assimilou o desenvolvimento da sociedade de classes às estruturas de dominação da mulher. Sua concepção, no entanto, foi amplamente criticada por parte do movimento de mulheres considerando ser esta uma análise economicista, que deixou de considerar as relações patriarcais anteriores ao capitalismo, além de ter naturalizado papéis designados ao sexo e a existência de uma suposta família proletária ideal. De todo o modo, o debate elaborado por Engels significou uma contribuição histórica no avanço da teoria marxista, considerando além da importância da pesquisa, o esforço de

utilizar o método marxiano a fim de compreender a exploração e opressão acometidas às mulheres.

Importante dizer é que a produção intelectual feminista avança na perspectiva de apreender e aprofundar as razões para o processo de dominação, subordinação e apropriação do corpo e da subjetividade das mulheres no mundo capitalista. Nunca é demais enfatizar que se por um lado, o feminismo em sua vertente materialista se enriquece com o marxismo, embora não se restrinja a este, por outro lado, o marxismo ganha com os avanços dos estudos do feminismo materialista, por tornar o entendimento da realidade mais denso, pelo movimento de apreender as múltiplas determinações para a exploração da força de trabalho e para a violação da diversidade humana (SANTOS, 2019).

3.4 Relações sociais de sexo/ conceito de gênero e divisão sexual do trabalho

A inserção do movimento de mulheres nas academias em meados dos anos 1970 e 1980, fomentou a discussão do que ficou conhecido como “estudos de gênero” e que ganharam notoriedade a partir da defesa de que era necessário historicizar e desnaturalizar a opressão e a desigualdade sofrida pelas mulheres na sociedade, conforme afirmam Cisne e Santos (2018).

De acordo com as autoras (Cisne e Santos, 2018), o conceito de gênero fazia parte das discussões desenvolvidas por psicólogos e psicólogas estadunidenses, e foi apresentado por Robert Stoller, em 1963, sendo o sexo uma questão biológica, ou seja, de nascimento - natural dos indivíduos, e o gênero ligado a esfera cultural, isto é, atribuída e imposta por costumes e valores. O marco histórico dessa discussão, todavia foi apresentado pela autora Gayle Rubin, através da dicotomia entre sexo/gênero sendo o sexo entendido como uma característica natural. Diante disso, na análise dessa autora compreende-se gênero como a construção social que diferencia papéis designados a mulheres e a homens, em detrimento de seu sexo biológico. Tal formulação ganhou visibilidade e se popularizou no mundo inteiro.

No entanto, as problemáticas a respeito desse entendimento consideram - ao contrário do que supostamente se propôs, a biologização do sexo, deste modo, naturalizando diferenças que foram historicamente atribuídas a partir de relações sociais de exploração. Ao longo do desenvolvimento dessa polêmica, Cisne e Santos

(2018), reivindicam o legado histórico teórico e político de muitas mulheres que lutaram contra estas desigualdades a partir da historicização desse processo, e que não foi o conceito de gênero o pioneiro neste debate, como por exemplo citam: Sojourner Trurt, Flora Tristan, Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, dentre outras referências clássicas do movimento de mulheres.

Nessa direção, muitas críticas se desenvolveram a respeito deste entendimento de gênero e sexo, a destacar Butler, que apresentou a crítica a esta falsa dicotomia entre sexo e gênero, criticando também a concepção de gênero enquanto natural. A partir disso, a autora evidencia que o sexo não deve ser entendido como uma característica natural, imposta a partir da abstração do conceito de gênero, mas sim como uma norma que culturalmente governa a materialização dos corpos, conforme discorre Cisne e Santos (2018).

A despeito da crítica elaborada por Butler, Cisne e Santos (2018), representando o acúmulo do debate teórico do feminismo marxista, e materialista histórico, apresentam uma ressalva a postura idealista apresentada por Butler, no sentido de, ainda que as normas sociais façam parte da nossa sociabilidade, elas não são determinadas por si mesmas, por outro lado, são resultado de um processo histórico do desenvolvimento das relações sociais, e que estas sim, a partir de modo semelhante da dinâmica da luta de classes determinam normas e ideias.

Deste modo, Cisne e Santos (2018) chamam atenção para os limites do complexo do direito e das normas no entendimento de Butler e que esta cai na armadilha da concepção de uma universalidade abstrata – instrumento de dominação da burguesia, que se refere ao fim das desigualdades e a necessidade de um mundo de condições justas sem, no entanto, considerar fundamental a apreensão das determinações sócio históricas do sistema do capital.

Sendo assim, considerando a crítica à biologização do sexo estabelecida pelo conceito de gênero, algumas feministas materialistas preferem utilizar o termo “relações sociais de sexo”. Admitem que considerar sexo reduzido à dimensão biológica reforça a naturalização. Ademais, as autoras apresentam uma síntese da crítica a respeito do gênero e nos dizem:

[...] O centro da nossa crítica ao conceito de gênero reside na ocultação da hierarquia e dos antagonismos materiais existentes entre os sexos. Essa ocultação ocorre porque, hegemonicamente, os estudos de gênero não são desenvolvidos de forma relacional aos

sistemas de exploração, notadamente, de classe. Ao contrário, eles tendem a discussão mais individual, da construção cultural e da categorização do ser homem e ser mulher, por meio dos símbolos, das subjetividades, das representações sociais e identidades, deslocando essas dimensões de sua base objetiva e material. (CISNE E SANTOS, 2018, p.50)

Isto é, o entendimento de gênero desloca a atenção do debate central que diz respeito a imbricação dos sistemas de exploração, leia-se de classe, raça e sexo, e individualiza as questões a partir da categorização cultural, individualista, a partir de dimensões subjetivas que menosprezam o contexto objetivo e material.

Ainda nessa direção, Cisne e Santos (2018, p. 50) utilizam-se da feminista materialista Jules Falquet (2012, p. 108) que critica como o debate acadêmico de gênero foi utilizado para fugir da estigmatização do termo “feminismo”. Gênero pareceu mais palatável e foi absorvido pelos organismos da cooperação governamental. Falquet (2012), problematiza ainda que as formações a respeito da teoria dos sistemas de “sexo/gênero”, a noção de hierarquia entre os sexos é por vezes apagada, enquanto as relações sociais de sexo – que consideram o processo materialista e histórico social, simplesmente desaparecem.

Dito isso, Cisne e Santos (2018), discorrem sobre como, para além de tudo o que já foi apresentado, o conceito de gênero também representa um recuo político, utilizado para invisibilizar a trajetória de organização do movimento feminista, razão pela qual foi bem aceito nas universidades, a vista de seu caráter “menos ofensivo, ou seja, polido ao gosto das instituições multilaterais e governamentais, além de aparentemente mais ‘acadêmico’ ou ‘científico’, (Cisne, 2014, p.66 citada por Cisne e Santos, 2018, p.51).

Utilizando-se de Cisne (2014, p. 66) citada por Cisne e Santos (2018,p.51), as autoras nos dizem que o conceito de gênero “[...] apartado das relações sociais de classe e ‘raça’, e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece ‘arma crítica’” e mais a frente Cisne conclui que “[...] gênero é uma palavra que não tem maior consequência quando empregada separadamente da palavra mulher” (Cisne, 2014, p. 67 citada por Cisne e Santos, p.52).

Desse modo, considerando a biologização do sexo, o apagamento das questões objetivas e materiais em face da fragmentação na apreensão da realidade por um viés culturalista, e/ ou pós moderno; a cooptação institucional que endossa a

utilização do conceito de gênero, deste modo esvaziando o processo histórico de lutas e organização das mulheres ao longo dos séculos, Cisne e Santos (2018) preferem utilizar a categoria relações sociais de sexo, embora considerem que a utilização da categoria de relações patriarcais de gênero, quando associadas às relações sociais de classe e raça, também, dizem respeito a uma perspectiva crítica e materialista, como pensa Saffioti (2004).

Por fim, Cisne e Santos (2018), assinalam que diversas feministas - apesar de todas as críticas e diante uma perspectiva materialista como é o caso de Saffioti utilizam a categoria de gênero, e que não por isso o debate destas autoras deva ser desconsiderado. Sendo assim, diante de tudo o que foi exposto, e a partir da utilização da categoria relação social de sexo, se faz necessário discorrer sobre a origem do termo e os seus significados. Dito isso, Cisne e Santos (2018, p.53) afirmam que no francês são utilizadas duas palavras para designar o que significa Relação/Relações. Deste modo, *rappor-t-s* e *relation-s* significam, respectivamente, a primeira, relações estruturais em caráter amplo, e a segunda, as relações da vida cotidiana, e diante disso, utilizando-se da francesa materialista Jules Falquet (2012, p. 138), nos diz que,

As relações 'que' se produzem 'em um' nível microsocial, são relações interindividuais. *Elas são relativamente fáceis de modificar, mesmo individualmente.* As relações [rappor-t-s] sociais surgem de um nível macroestrutural. Elas se articulam entre grupos e *só podem ser percebidas ou transformadas indireta e coletivamente.* (tradução das autoras com destaques das mesmas).

Isto é, as relações sociais, amplamente consideradas pelo feminismo materialista crítico, considera tanto as questões "Interindividuais", quanto as questões "macroestruturais", apreendendo, dessa forma, a totalidade da vida social. Sobre isso, Cisne e Santos (2018, p.54) nos diz,

'As' relações sociais de sexo permitem ampliar a análise para além de questões individuais, embora reflita nelas. Trata-se de entender que o sexismo, o machismo, o heterossexismo que, muitas vezes, se expressam individualmente, resultam de relações antagônicas mais amplas, mediadas por conflitos e antagonismos que envolvem a constituição patriarcal das relações de sexo, imbricadas nas relações sociais de classe e raça.

Compreendemos desse modo, que as expressões da exploração, apropriação e opressão em razão das relações sociais de sexo, raça e classe, sofridas nas

relações interpessoais, também dizem respeito ao modo em que se estrutura a sociedade capitalista-racista e hetero-patriarcal.

No entanto, as “desconstruções” críticas a respeito dos reflexos patriarcais na vida cotidiana, fruto de importantes debates do movimento feminista, apesar da suma importância e da potencialidade que oferece a luta, não permite apreender as determinações que incidem na divisão sexual, e racial do trabalho.

Para além disso, Cisne e Santos (2018, p. 53) a partir do entendimento de Bidet-Modrel e Jacques Bidet (2010), as autoras elucidam sobre a importância das relações sociais de sexo para a compreensão da estrutura da classe a fim de compreender a sua dinâmica. E sobre isso nos dizem da relevância social de não reduzir às relações sociais de sexo às relações sociais de classe, mas que estas estão imbricadas, sem sobreposições e diretamente vinculadas. Sendo assim, as relações sociais de sexo [*rapport*] atravessam todo o tecido social e de fenômenos que perpassam a sociedade de classes, composta por grupos de interesses antagônicos (Cisne e Santos, 2018).

Outro entendimento fundamental, de acordo com Cisne e Santos (2018) diz respeito a proximidade dos estudos entre a *rappports sociaux de sexe* e a divisão social do trabalho, debate central para o feminismo materialista. Citando Saffioti, Cisne e Santos (2018, p.54) nos diz que a categoria [*rapport*] enfatiza os interesses opostos entre as classes, e para além disso evidencia a indispensável centralidade do trabalho para os estudos feministas.

Ademais, Cisne e Santos (2018) nos evidencia que a sexualidade não resulta tão somente de escolhas e desejos individuais, mas que esta é forjada, construída, e incitada pelos instrumentos ideológicos da classe burguesa. O heterossexismo em especial, apesar de ser produzido pela divisão sexual do trabalho também organiza de modo dialético as relações sociais de sexo. Posto isso, compreende-se que as relações sociais de sexo são atravessadas por disputas materiais, e ideológicas, “estruturadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres” (Kergoat, 2010, p.99 citada por Cisne e Santos, 2018, p. 55).

Esse processo de controle por sua vez é imposto por meio da violência material, física e subjetiva das mulheres, que é ideologicamente reforçado e materializado na instituição da família nuclear burguesa. Segundo Waters (1979, p. 86 citado e traduzido por Cisne e Santos, p. 59), esse modelo familiar heterossexista e

monogâmico é absolutamente funcional para oferecer a classe dominante “a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas de trabalhadores”.

Ademais, infere-se a importância de utilizar a categoria das relações sociais de sexo, à vista do rigor crítico que apreende a dinâmica e a estrutura total de suas dimensões. Para além disso, a categoria evidencia a centralidade do trabalho, e por este, assimila também o trabalho produtivo, e de reprodução das mulheres, pilar central do feminismo materialista.

Por fim, as autoras defendem a utilização da categoria à luz do entendimento de patriarcado e atrelado as relações sociais de classe e de raça, não por mera disputa linguista, mas por considerar que a utilização da categoria de gênero por si só não compreende as dimensões materiais, políticas e econômicas, fundamentais para o entendimento crítico destas relações.

3.5 Relações sociais de raça

Por divisão sexual do trabalho, compreendemos a divisão social dentro da esfera produtiva que predireciona mulheres, por serem mulheres, à esfera reprodutiva, e a trabalhos subvalorizados, e homens à esfera produtiva, e a trabalhos de forte valor social agregado, (Kergoat, 1998). De modo semelhante, a divisão racial do trabalho, corresponde a discriminação e a exploração sofrida pela população negra, mas que também ocorre, “(...) pela própria divisão que a dimensão étnico racial opera entre mulheres” (Carneiro, 2003, p.49 apud Cisne e Santos, 2018, p. 67).

A divisão social do trabalho deste modo, apresenta princípios organizadores e hierárquicos, que compreendem trabalhos de mulheres e trabalhos de homens, como também trabalho de mulheres negras e trabalho de homens negros. Essas forças de trabalho são de modo distinto, valorizadas ou desvalorizadas, ou, compreendendo o processo de crise estrutural, amplamente ainda mais subvalorizadas em detrimento de outras.

Esses princípios estruturam a sociedade capitalista desde os seus primórdios, a partir de ideias naturalistas que relegam a diferenciação dos sexos a papéis sociais “naturalmente” atribuídos, como se houvesse um destino “natural” da espécie. Em sentido contrário, a teoria crítica feminista, compreende essas relações como práticas

sexuadas e racializadas, que correspondem a construções sociais, resultados de relações de poder intrínsecas ao processo de desenvolvimento do capital (Kergoat, 1998). Essa divisão corresponde ainda as responsabilidades do trabalho doméstico, destinados prioritariamente às mulheres, e os trabalhos de *care* (cuidado), isto é, do cuidado com as crianças, idosos e pessoas doentes.

Sobre isso, Antunes (2009, p.108-109) diz, “Sem ‘a’ esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, senão inviabilizadas”. Os trabalhos, os direitos, as condições salariais e de estudo são ainda mais precarizadas quando observado pela perspectiva das mulheres (Lavinias, 1996, p.174 apud Antunes, 2009, p. 109).

3.6 Origens da consubstancialidade e da interseccionalidade

Nessa seção buscaremos apresentar as tendências teórico-políticas da relação entre classe, raça e sexo produzidas na dinâmica política e intelectual dos movimentos feministas. Partimos das origens teóricas do debate entre sexo, raça e classe, que o feminismo contemporâneo discutiu e protagonizou ao longo dos anos, especialmente no contexto norte americano e francês. De forma breve contextualizaremos os momentos mais decisivos em que as abordagens interseccional e consubstancial ganham visibilidade enquanto método analítico e teórico-político e da agenda feminista.

Ademais, se faz necessário evidenciar que a centralidade das discussões no eixo europeu e americano não tem como objetivo apagar os acúmulos referentes as discussões elaboradas por mulheres de todo o mundo, especialmente nos países de capitalismo periférico, como por exemplo o Brasil.

Para além disso, diferenciar estas tendências também não busca desvalorizar os acúmulos teóricos e políticos dos movimentos que se utilizam destas metodologias, e sim, de refletir como as contradições e determinações são consideradas, fruto do processo de elaboração no universo dos feminismos. Ademais é relevante destacar o importante diálogo da academia com os diversos setores do movimento feminista e os desafios para potencializar a organização de mulheres na propositura de um novo modelo societário, anticapitalista, e livre da opressão e exploração dos povos.

Dito isso, e a partir de tudo o que foi apresentado até aqui, é possível considerar que as relações entre classe, raça e sexo, mesmo que de maneira não imbricada, aparecem como elementos de discussão desde meados do século XIX, seja com a francesa de origem peruana Flora Tristan - em 1843, discutindo etnia, gênero e classe trabalhadora, seja a partir das lutas antiescravagistas das mulheres negras nos Estados Unidos, que tem como uma de suas principais referências desse período a abolicionista Sojourner Truth, em 1851.

Todavia, é no calor dos movimentos sociais feministas que eclodiram nas décadas de sessenta e setenta do século XX, que se aprofundaram os primeiros ensaios das formulações teóricas interseccionais e consubstanciárias, especialmente na França e nos Estados Unidos, movimentos que se propunham a relacionar em diferentes aspectos as questões de raça, classe e sexo.

Nessa direção, de acordo com Cisne e Santos (2018, p.81) “um dos principais marcos sobre o entrelaçamento das opressões entre sexo, raça e classe foi um manifesto ‘publicado em’ 1977, do *Combahee River Collective*.” O coletivo *Combahee River* era composto por mulheres negras e lésbicas, socialistas, que através do documento em questão denunciaram o racismo e o elitismo sofrido dentro do movimento feminista de mulheres brancas, e manifestaram a necessidade da interconexão das opressões de raça, classe, sexo e sexualidade.

Para além disso, o movimento também reivindicava a extinção do sistema capitalista para a libertação dos povos oprimidos, sendo assim,

Percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas, bem como do patriarcado. Somos socialistas por acreditarmos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que trabalham e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que os criam. Não estamos convencidas, contudo, de que uma revolução socialista que também não seja uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação. (Manifesto do Coletivo Combahee River, 1977; 2019, p. 200).

Deste modo, é possível identificar a crítica marxista apresentada pelo referido coletivo que reivindicava a necessidade de que se observasse as demandas das mulheres negras, diante da estrutura de exploração do capitalismo imperialista, isto é, para além das demandas culturalistas predominantes do momento histórico, reivindicavam as questões de sexo, raça e classe.

Já na França, a socióloga materialista Danielle Kergoat (2018) no final dos anos setenta, apresentou a perspectiva da consubstancialidade relacionando, inicialmente, as categorias de sexo e classe social, sem no entanto dimensionar as relações sociais de raça. Sobre isso, Kergoat (1978) citada por Galerand e Kergoat (2018, p. 148) nos diz que o conceito de consubstancialidade, surgiu no final dos anos setenta para estabelecer a articulação de sexo e classe, mas que, todavia, essa proposta de articulação não dava conta de relacionar as contradições referentes a estas relações. Sobre isso, Guillaumin (1978), citada por Galerand e Kergoat (2018, p. 148) evidenciam a autocrítica,

A noção de articulação parecia, então, insuficiente. De fato ela parecia autorizar a adoção de uma lógica meramente aditiva, consistindo em acrescentar as mulheres as classes, sem que isso modificasse a compreensão das relações de classe, de um lado, e a “ideia de natureza” concernente aos homens e as mulheres, de outro (Galerand e Kergoat, 2018, p. 148) apud Guillaumin (1978).

Em outras palavras, para além de não considerar as relações de “raça,” o conceito inicialmente apareceu de maneira aditiva e naturalizada, como se a classe fosse naturalmente masculina, e as mulheres apenas se somavam a ela.

No que se segue, de acordo com Hirata (2006), as bases da teoria interseccional surgem em meados dos anos setenta a partir do movimento *Black Feminism*, nos Estados Unidos, como anteriormente mencionado, e foi posteriormente desenvolvido pela socióloga e jurista Kimberlé Crenshaw em 1989. Crenshaw observou a necessidade da “intersecção” de múltiplos fatores no julgamento das leis, considerando que, por exemplo: mulheres negras, são diferentes de homens negros, que são diferentes de mulheres brancas, e essas particularidades deveriam ser consideradas nos meritos das decisões jurídicas. Posteriormente, esse conceito foi também aprofundado pela socióloga Patricia Hill Collins, a ser melhor desenvolvido no decorrer deste capítulo.

De acordo com Galerand e Kergoat (2018), as produções do *Black feminist*, ganharam força nos anos setenta (1970) denunciando as teorias universalizantes e desenvolvendo noções como as de “dupla consciência em 1981, de bell hooks: que diz respeito a dupla percepção de diferentes contextos sociais em que as trabalhadoras domésticas negras vivenciavam; e a própria teoria interseccional, aprofundada no início dos anos noventa por Patricia Hill Collins, “centrada na interação dos sistemas de classe, de raça e de sexo (Galerand; Kergoat, 2018, p. 151).

Hirata (2016), citando Crenshaw (1994), conceitua a interseccionalidade como a focalização, sobretudo, das “intersecções de raça e gênero, abordando parcial ou periféricamente a classe ou sexualidade que ‘podem contribuir para estruturar as experiências (das mulheres de cor)”, e completa que a interseccionalidade embora não tenha a pretensão de criar uma nova teoria globalizante, ela se propoe a “levar em conta as múltiplas fontes de identidade” (Hirata, 2016; Crenshaw 1994, p. 54.)

Para Galerand e Kergoat (2018, p. 148) é importante que se localize a emergência de contestação dominante de ambos os países, analisando as diferenças entre a “centralidade da raça nos Estados Unidos, em detrimento da classe” e a “insistência na classe social – em detrimento das relações de raça, na França.” No Estados Unidos, de acordo com as autoras, no início dos anos setenta do século XX, “o movimento pelos direitos civis e pela libertação negra parece ter relançado um movimento operário consideravelmente enfraquecido pelo anticomunismo da guerra fria (Max Elbaum, 2008) assim como o feminista”

No território Francês, apesar do partido comunista ter as marcantes características da juventude engajada, com capacidade de organização de massas e formulação de debates, para além de ter atravessado as gloriosas experiências do Maio de 68, o movimento de libertação das mulheres e os movimentos anti-imperialistas e anticolonialistas, a “trilogia racismo, capitalismo e sexismo” não aconteceu (Galerand; Kergoat, 2018, p. 151 e 152).

Também consta salientar que havia materiais com a potencialidade de desenvolver as interações de raça, sexo e classe, a partir dos escritos da feminista materialista Colette Guillaumin (1972), inclusive publicados na revista *Questions Feministes*, em 1970 (Kergoat, 2006, p 63), mas que também permaneceram esquecidos por muito tempo. Sobre isso, seria necessária a reflexão de quais as questões centrais que ocuparam a juventude socialista que não resgatou o passado colonial francês e nem mesmo a experiência assistida da revolução haitiana⁵⁶.

As implicações que se manifestam até hoje na ampla diversidade do movimento de mulheres diz respeito também a questões como esta, de apagamento das relações sociais de raça e etnia que ocorreram principalmente em países do leste europeu. Sobre isso, de acordo com Galerand e Kergoat (2018), uma das razões apresentadas é

⁵⁶ Revolução abolicionista que aconteceu em 1791-1804, e libertou a colônia haitiana do poderio francês. Essa revolução é um marco da luta e resistência do povo negro por todo o mundo.

a de que as lutas sociais na França não desenvolveram uma corrente de capacidade analítica comparável a força do movimento *black feminist*.

Já no Brasil, as contribuições de Heleith Saffioti foram imprecindíveis para o pontapé não só da abertura em discutir as próprias pautas do movimento de mulheres brasileiras, ainda de forma tímida em decorrência da ditadura civil- militar, mas também para apresentar uma teoria feminista crítica, apesar da autora não se considerar feminista (Hollanda, 2019, p.12).

Em sua tese, norteada pelo pensamento marxiano, e orientada por Florestan Fernandes, Saffioti apresentou a condição feminina a partir do capitalismo subdesenvolvido, pelo qual a opressão feminina se determinava diante da classe. Mesmo não se considerando feminista, a autora é conhecida por ter estabelecido o casamento entre o feminismo e o marxismo, no Brasil, como também por ter posteriormente introduzido as questões de sexo, raça e classe (Hollanda, 2019).

Diante disso é relevante destacar que estas duas tendências (interseccionalidade e consubstancialidade) marcam o debate contemporâneo do feminismo. Não se trata da mera contraposição entre nomenclaturas e autoras. A questão central é o entendimento da realidade e de que forma a produção intelectual feminista contribui para a apreensão das relações sociais que estruturam a vida social. Ao buscarmos pelas origens dessas tendências identificamos que embora tenha sido elaborada primeiro, a consubstancialidade tornou-se até o momento menos apropriada pelos movimentos sociais e universo acadêmico. A interseccionalidade hegemoniza as discussões teórico-políticas.

A seguir apresentaremos a análise dessas metodologias, e de que modo, a ausência da perspectiva de classe interfere a ponto de mascarar o conjunto das dimensões que perpassam a opressão e exploração sob a qual as mulheres são acomeditas na sociedade capitalista. Esta por sua vez estruturada a partir da divisão social sexual e racial do trabalho. Assim sendo, a investigação sobre a diferença entre estas duas perspectivas aqui mencionadas pode nos oferecer, enquanto movimento feminista, caminhos opostos ou de unidade política, na luta radical contra o sistema do capital.

3.7 As contribuições, questões e polêmicas da produção feminista sobre classe, raça e gênero

Diante deste breve resgate histórico das origens sobre as tendências presentes na produção intelectual feminista a respeito das relações entre sexo, raça e classe, nos deteremos na análise teórico-metodológica e política das perspectivas interseccional e consubstancial.

Dito isso, para Crenshaw (2002), jurista e uma das pioneiras da perspectiva interseccional, a interseccionalidade compreende a,

[...]busca por capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Leia-se “eixos” como categorias de opressão, segundo o entendimento da autora, como, por exemplo, dentre outras: classe, sexualidade, diferenças geracionais. Crenshaw (2002) completa este entendimento ratificando a interseccionalidade como método que “[...] trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 177). Isto é, o método interseccional, para a autora, captura o impacto que as ações políticas institucionais causam na vida das mulheres negras.

Para Crenshaw (1985/2017)⁵⁷ – os movimentos feministas e antiracistas não dão conta de considerar as dimensões da violência contra as mulheres não brancas, especialmente no que diz respeito à violência doméstica e sexual. A necessidade da intersecção entre as pautas diante disso é a de que se observe as particularidades dessas violências na vida das mulheres negras, sob as quais os movimentos sociais dão respostas isoladas ou a um ou a outro e afirma:

⁵⁷ Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres não brancas” de Kimberle Crenshaw – parte 1/4. Geledes.org, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso: dezembro, 2020.

O fracasso do feminismo em interrogar a raça significa que as estratégias de resistência do feminismo muitas vezes replicam e reforçam a subordinação de pressões não-brancas e o fracasso do antirracismo em interrogar o patriarcado significa que o antirracismo frequentemente reproduz a subordinação das mulheres. Essas elisões mútuas apresentam um dilema político particularmente difícil para mulheres não brancas. A adoção de ambas as análises constitui uma negação de uma dimensão fundamental da nossa subordinação e impede o desenvolvimento de um discurso político que mais capacita as mulheres não-brancas (Crenshaw, 1985;2017) ⁵⁸.

Aqui a autora refere-se especialmente ao histórico do feminismo liberal que considera o sexo como elemento único e central da opressão sofrida pelas mulheres. À vista disso entende o grupo social das mulheres de modo universalista, sem considerar a racialização e as questões de classe afastando historicamente as mulheres negras da unidade entre os movimentos feministas.

Ademais, os movimentos de origem materialista, também, secundarizaram por tempo considerável as questões raciais, entendimento que posteriormente foi reformulado, discussões que consideramos em sessões anteriores dessa pesquisa. Compreende-se, então, a reivindicação do movimento de mulheres negras aqui apresentadas por Crenshaw, diante dos limites do movimento feminista e dos elementos patriarcais dentro do movimento negro.

Crenshaw (1985) dessa forma discorre sobre a interseccionalidade por meio de três categorias: (1) refere-se à interseccionalidade estrutural, que demonstra qualitativamente a diferença entre as violências sofridas por mulheres brancas e por mulheres não brancas; (2) refere-se à interseccionalidade política, onde a autora observa que a política feminista e antirracista por muitas vezes foi a grande responsável por marginalizar as discussões da violência contra as mulheres não brancas; (3) refere-se à interseccionalidade representacional, que diz respeito a imagem das mulheres não brancas na cultura popular, e como essa construção localiza estas mulheres no seio da sociedade em lugares desprivilegiados (Crenshaw, 1985; 2017).

⁵⁸ Retirado de “Mapeando as margens: interseccionalidade políticas de identidade e violência contra as mulheres não brancas: II interseccionalidade política” de Kimberle Crenshaw. Medium, 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%Aancia-contra-mulheres-n%C3%A3o-21aa0584633b> Acesso: 2020.

Inferre-se, deste modo, diante do que foi conceituado por Crenshaw até aqui, que o seu entendimento sobre a perspectiva interseccional limita-se ao campo institucional e cultural da assimilação do sofrimento subjetivo e material sob a qual as mulheres negras são submetidas na sociedade. As estruturas institucionais de opressão, desse modo, são centralmente responsáveis pela ausência de políticas institucionais de amparo e não o sistema do capital com seus intensos processos de reprodução da desigualdade social, combinando formas de exploração da força de trabalho e de múltiplas formas de opressão.

Nessa direção, Crenshaw (1985), discorre que apenas considera questões relativas à classe ou sexualidade, entendendo como fatores importantes na vida das mulheres racializadas. No entanto, a autora hierarquiza os elementos de sua análise, de modo que o foco de sua observação é a intersecção de raça e gênero, a fim de “[...] facilitar a discussão sobre a variabilidade da discriminação contra as mulheres por meio de modelos provisórios projetados para mapear suas múltiplas identidades, (Crenshaw, 2020, p. 174)”.

Nesse trecho, evidenciamos expressamente a intenção analítica de secundarizar as questões de classe, conformando a visão pós moderna de um mundo a-histórico, sem considerar a indispensável interação dinâmica e histórico-dialética entre a esfera política e estrutura econômica na construção da vida social dos sujeitos. A ativista lésbica do feminismo negro, Curiel, citada por Koutirene (2018, p.51) sobre isso, questiona:

[...] o que a proposta da interseccionalidade faz? Como seu nome indica, intersecciona. Então, o problema da interseccionalidade é que, por meio dela, [...] se assume que as identidades se constroem de maneira autônoma, quer dizer, que minha condição de mulher está separada da minha condição de negra e que minha condição de negra também está separada da minha condição de lésbica, [...] e de classe. (KOUTIRENE, 2018, p. 51).

Já Cisne (2005, p.3) afirma:

As [...] diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro determinações, pois, por mais que o “gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as (os) idosas (os) ou jovens, etc., a classe ira dividi-las(os) dentro da ordem do capital. A classe é, pois, quem determina como essas mais variadas

expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra [...].

Referindo-se ao pensamento de Collins, Akotirene (2018) evidencia que a visão interseccional hierarquizante não diz respeito ao projeto do feminismo negro, pois:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade (Akotirene, 2018, p.24).

Isto é, para Collins e Akotirene, é necessário que se localize as estruturas colonialistas na construção e reprodução dessas identidades, ao invés de reproduzir “aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos” (Akotirene, 2018, p.24). Por desconsiderar a centralidade do trabalho, e deste modo a divisão sexual do trabalho, questões anteriormente discutidas nessa pesquisa - Crenshaw não apenas hierarquiza os eixos como propõe analisá-los de maneira isolada.

Dessa forma, os eixos podem “se cruzar ou se sobrepor, ou mesmo se excluírem mutuamente”, ocultando dessa forma questões centrais ao entendimento da opressão e exploração de mulheres em uma sociedade dividida em classes, conforme nos diz Cisne e Santos (2018, p. 82-83).

Hirata (2016, p. 10 apud Kergoat, 2010, p.98) critica de modo semelhante o modelo geométrico e cartográfico da perspectiva interseccional que tende a naturalizar categorias de análise, isto é, segundo as autoras “[...] a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação”.

Para Hirata (2016), a partir da síntese do entendimento de Kergoat (2012), a metodologia interseccional consiste em três problemáticas estruturais, quais seja: 1) a multiplicidade dos eixos de análise, leia-se questões geracionais, por exemplo; 2) nem todos os eixos analisados dizem respeito a categoria das relações sociais, isto é, alguns são relacionados à questões culturais, e deste modo não seriam estruturantes a ponto de estarem em um mesmo patamar analítico; 3) os/as teóricos/as da interseccionalidade referem-se a categorias analíticas ao invés de se utilizarem das

relações sociais, de modo que hierarquizam estas categorias sem historicizar e sem considerar as questões materiais que estão embricadas na dinâmica de dominação.

Para além disso, tanto Hirata (2016), como Kergoat (2012) entendem que a problemática fundamental é a ampla visibilidade dada às questões de género e raça, ao mesmo tempo em que secundariza a questão da classe, e/ou as analisa separadamente de modo que as hierarquiza. Desse forma, a interseccionalidade deixa de observar a dinâmica e a complexidade dessas relações por não considerar a imbricação fundamental das relações de sexo, raça e classe, como um nó, como defende Saffioti (2004, p.125):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 1998). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1988). De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos.

Sobre esse entendimento, Saffioti (2004) tem como base fundante de seu pensamento a categoria das relações sociais, que por sua vez tem como eixo central o trabalho, principal diferença entre a interseccionalidade de Crenshaw e o feminismo marxista. Deste modo, compreende-se que as relações sociais de sexo, raça e classe, que se entrelaçam como um “nó frouxo” e possuem uma dinâmica própria, objetiva e subjetiva, que por sua vez é também contraditória, tendo em vista seu caráter histórico e dialético, e como nos diz Toitio (2013, p2) citado por Cisne e Santos (2018, p. 85) é necessário entender esse entrelaçamento a partir:

[...] dá centralidade ao entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de forma recíproca. Essas relações interagem e estruturam a totalidade do campo social e podem, inclusive, entrar em contradição em si (Toitio, 2013, p.2).

Nesta mesma direção, Cisne e Santos (2018, p. 85) citando Saffioti (1987, p.60) nos dizem que essas relações podem ser entendidas como três sistemas em simbiose,

sendo eles o patriarcado-racismo-capitalismo, e que a partir da emergência do sistema capitalista:

[...] houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...], 'que' [...] na realidade concreta eles são inseparáveis, pois se transformam, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominando patriarcado-racismo-capitalismo. (Saftioti, 1987, p. 60 apud Cisne e Santos, 2018, p. 85),

Infere-se, deste modo, que está na consubstancialidade desses três sistemas a estruturação das relações sociais. Kergoat (2010) nessa direção nos diz que:

os conceitos de consubstancialidade e coextensividade [...] procuram compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul). Tais práticas não se deixam apreender por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multi-posicionalidade — elas são móveis, ambíguas e ambivalentes.

Compreendemos a partir do esforço dessa elaboração que a consubstancialidade e a coexistencialidade das relações sociais, que também considera questões de sexualidade por entender esta como uma particularidade do patriarcado, confere uma metodologia que dá conta, por si mesma, de analisar a complexidade das relações sociais. Deste modo, apreende não só os impactos na construção da subjetividade – como de certo modo buscava Crenshaw, mas também as condições objetivas das mulheres, pessoas negras, e LGBTs, que de modo ainda mais impactante – são exploradas e oprimidas na sociedade capitalista.

Ademais, Patricia Hill Collins (2016) -, uma das principais teóricas do *Black Feminist* - desenvolve e defende a interseccionalidade por sua estruturação em dimensões éticas de justiça social que correspondem a “liberdade, equidade, justiça e democracia participativa” (Collins, 2016, p. 14). Para a referida autora e militante, essas dimensões são o cerne do movimento feminista negro que se propõe a “desmantelar as injustiças de raça, gênero e sexualidade [...] ‘responsáveis por reproduzir’ [...] as desigualdades sociais nas experiências das mulheres de cor” (Collins, 2016, p. 10).

No que se refere a Crenshaw, Collins (2016), faz a ressalva de que a jurista não era militante dos movimentos sociais, mesmo que fosse intimamente ligada a

causa, e que por isso ela foi “idealmente posicionada na convergência dos estudos de raça, classe e gênero na academia, assim como na centralidade de iniciativas de justiça social para mudanças legais e sociais” Collins (2016, p.10) mas que, de acordo com a autora, foram essenciais para fazer avançar os argumentos da interseccionalidade.

Collins (2016) compreende a interseccionalidade como “uma forma de investigação crítica e de práxis” (Bilge apud Collins, 2016, p. 7) considerando que foi cunhada nas bases de noções emancipatórias. Todavia, Collins (2016) reconhece que a interseccionalidade não deve ser considerada um projeto exclusivamente feminista, e nem mesmo como uma variante dele, sendo este muito mais amplo e não necessariamente ligado às políticas de emancipação.

Nessa direção, Collins (2016), discorre que a teoria interseccional se conecta a dois campos de produção de saberes: o primeiro dentro das instituições de poder em que o seu propósito é o de “criar saber legitimado” (Collins, 2016, p.16) e o segundo são as formulações criadas fora de instâncias de controle do estado, e aparatos de dominação ideológica.

Por isso entende-se que Collins visualiza a interseccionalidade de modo amplo, compreendendo e valorizando a produção de conhecimento nos espaços acadêmicos, mas também fora dele, deste modo localizando historicamente e socialmente a posição do povo negro, como também a constituição de seus movimentos de resistência. Nessa direção, a autora reivindica, como exemplo central de suas defesas, a necessidade da formulação e organização das trabalhadoras domésticas⁵⁹ enquanto estratégia de resistência das mulheres negras⁶⁰.

Collins (2016) enfatiza a inserção da ética do feminismo negro nas universidades, e como a metodologia interseccional foi relevante para o estudo em diversas áreas. Todavia, esse mesmo movimento significou o esvaziamento de seu conceito ético, e de entendimento da justiça social. A autora compreende que esse esvaziamento ocorreu por meio de traduções que propositalmente agiram com a intenção de frear a potencialidade de sua prática política, e noz diz que:

⁵⁹ Ângela Davis vai além sobre esta defesa e reivindica a necessidade de sindicatos de trabalhadoras domésticas.

⁶⁰ COLLINS, Patricia H. Feminismo negro e a política do empoderamento. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3xOO50dr3bk&ab_channel=TVBoitempo.

Uma maneira de conter o potencial emancipatório da interseccionalidade consiste em apropriar-se de suas ideias, reformulando-a em relação às agendas neoliberais, depois descartando-a ao apontar uma aparente impossibilidade de a interseccionalidade promover mudança (Collins; 2016, p. 14).

Para além disso, a autora também considera que a “ausência de um núcleo ético que forneça princípios norteadores, deixa acadêmicos/as fazerem aquilo que querem, individualmente [...] sem a responsabilidade de combater injustiças”. (2016, p. 14) Diante disso considera que na ausência da ética que em sua compreensão constitui o feminismo negro, a interseccionalidade pode ser usada, inclusive, para a manutenção do próprio sistema.

A interseccionalidade pode servir como uma ferramenta teórica e metodológica para estudar qualquer coisa e não precisa estar conectada às experiências das pessoas com a injustiça ou a justiça social. A verdade importa, porém, quando os estudos interseccionais privilegiam a verdade sobre a justiça, entrando no terreno escorregadio do conluio com hierarquias de poder (COLLINS; 2016, P. 14).

Desse modo, a autora apresenta um impasse, limites que são evidenciados, ou seja: o método por si só não dá conta de seu propósito de política emancipatória sobre o qual a sua origem diz respeito.

Para Karla Akotirene (2018), o pensamento de Crenshaw expressa a contradição de sugerir paz e justiça social a partir da lógica moderna do direito, que é expressamente criticado por sua seletividade racista e classista que encarcera, e que mata o povo negro sistematicamente. Para a autora, a estrutura carcerária ainda compreende amplamente por todo o mundo uma lógica misógina e lesbofóbica.

Nessa direção, Akotirene (2018, p. 61), sinaliza o “tom neoliberal da punição [...] ‘que’ nos leva” [...] a nos concentrarmos nos indivíduos, em nós, vítimas individuais, retirar atenção do Estado, apontando agressores negros ou policiais individuais, para quem fica a sentença pesada do racismo”. Isto é, a perspectiva interseccional de Crenshaw tende a coadunar com um feminismo carcerário, e com a própria lógica do racismo estrutural pilar do sistema de cárcere.

Nessa direção, Ângela Davis (2018) abolicionista penal, e com extenso trabalho sobre a situação carcerária especialmente nos Estados Unidos, discorre sobre a composição das prisões norte americanas e considera que:

[...] A maioria é de minorias étnicas. O setor que cresce mais rápido é o das mulheres – mulheres de minorias étnicas. Muitas são *queer* ou trans. Na verdade, as pessoas trans de minorias étnicas formam o grupo com maior probabilidade de ser detido ou preso. O racismo alimenta a manutenção, a reprodução e a expansão do complexo industrial-prisional (Davis, 2018, p. 79).

Sendo assim, Davis (2018) discorre sobre a necessidade de se observar os racismos para além de seus atos individuais, e passar a observá-lo em sua dimensão estruturante na sociedade capitalista. Para a autora e militante, o avanço neoliberal a partir dos anos setenta e a necessidade da luta pela libertação negra, movimentou o “*Black Power*” a lutar pelos direitos civis visto a negação ampla de seus direitos. No entanto, apesar de considerar importante, a autora considera os limites dos movimentos e que era necessário ir além da legalidade e exigir, por exemplo, o direito à moradia, educação e saúde, e de modo ainda mais radical ameaçar as estruturas do capitalismo.

Davis (2018, p. 24) nessa direção nos diz que apesar da aparente conquista dos direitos legais adquiridos, o povo negro continuou as margens da sociedade, e que mesmo após a eleições de Barack Obama, um homem negro nos Estados Unidos, “[...] a esmagadora maioria da população negra está sujeita ao racismo econômico, educacional e carcerário em uma proporção muito maior do que no período anterior à era dos direitos civis (Davis, p.24)”

Percebe-se desse modo a linha diretamente oposta ao pensamento de Crenshaw e os diferentes feminismos e perspectivas interseccionais. Para Davis, não se pode,

[...] simplesmente analisar o gênero isolado da raça, da classe, da sexualidade, da nacionalidade, das capacidades físicas, de uma série de outras questões, que o povo palestino, ou as pessoas que integram a luta palestina, tem expressado isso e de fato tem colaborado para que, nos Estados Unidos, as pessoas concebam noções mais amplas de interseccionalidade. (DAVIS, 2018, p. 62).

Diante dessa análise é necessário que se observe alguns elementos. O primeiro é de que Davis não se utiliza do método consubstancial, e desse modo, também considera a interseccionalidade de pautas que muitas vezes não são de fato estruturantes, como neste caso o capacitismo, embora seja fundamental fortalecer na agenda política do feminismo e demais movimentos sociais. O fato de não se tratar de uma relação estrutural não significa que não seja importante, a questão aqui, todavia, refere-se a sinalizar o método da autora.

O segundo elemento é que, apesar de não se utilizar do método consubstancial, para Davis (2018), um feminismo que de fato tenha compromisso com a superação das injustiças sociais não pode deixar de compreender o racismo como estruturante da sociedade capitalista, e que as questões de sexo e classe são indispensáveis nessa análise. Para além disso, e este é um terceiro ponto, Davis considera a interseccionalidade das lutas, isto é, a percepção de que o racismo, e as questões de classe e sexo/gênero, devem ser observadas por toda a parte, como por exemplo as questões raciais que perpassam a luta do povo palestino. Para ela, as questões étnicas e racistas são estruturantes, e dessa forma, a luta contra o racismo e o capitalismo deve ser feita internacionalmente.

Sendo assim, para Davis, não há capitalismo sem racismo, sexismo, islamfobia, lesbofobia, transfobia, de modo que estão todos estruturados a partir da intersecção central das questões “gênero”⁶¹, raça e classe. Davis nessa direção dispõe toda a sua formulação teórica e política na defesa de um feminismo crítico, e nos diz,

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época de seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos (Davis, 2018, 25-26).

Sobre isso Davis (2018) sinaliza no - livro *Mulheres, raça e classe* - a movimentação desse feminismo sexista, que não compreendia as lutas das mulheres negras, e das mulheres trabalhadoras. Ou melhor, que não estavam interessadas nessas lutas. Mas de modo crítico, Davis (2018) observa que o entendimento na verdade deveria ser o de “interseccionar” as lutas.

É sabido que as consequências do feminismo liberal-burguês e do feminismo materialista tem impactos consideráveis na construção do movimento feminista até os dias atuais. Outras questões também perpassam esse processo, como por exemplo o ideário anticomunista presente nos anos setenta, a ideia de fim do fim da era de bem estar social e das ideias socialistas, e nesse emaranhado de ideias desfavoráveis aos movimentos marxistas, as análises economicistas da esquerda que não

⁶¹ Davis (2018) também apresenta críticas a questão de gênero pelo os limites em relação a imposição binária, e a dificuldade de apreender as questões das pessoas trans, por exemplo. Dessa forma, a autora utiliza gênero de forma crítica.

visualizam as questões a respeito da luta dos movimentos de mulheres, LGBTs e da população negra, questões eram indispensáveis para a luta socialista.

No livro a liberdade é uma luta constante, Davis nos fala sobre a necessidade de que os feminismos superem essas questões e nos diz,

Ainda estamos diante do desafio de apreender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam – e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados. Nesse sentido, insistir que há ligações entre as lutas e o racismo nos Estados Unidos e as lutas contra a repressão israelense ao povo palestino é um processo feminista. (DAVIS, 2018, P. 25-26)

Isto é, para Davis (2018), a “Interseccionalidade” das lutas só avançará quando os movimentos apreenderem que as lutas necessariamente são antirracistas, antipatriarcais, anticolonialistas, anticapitalistas e só desse modo, teremos condições de potencializar as lutas contra o capitalismo e afirma: “Nós não podemos pressupor que é possível ter vitórias em qualquer movimento antirracista enquanto não considerarmos como o gênero [...], a sexualidade, a classe e a nacionalidade aparecem nessas lutas” (DAVIS, 2018, p.67-68).

Para Davis (2018), que teme que a centralidade em Crenshaw, e em autoras que reivindicam a perspectiva interseccional, apague o histórico radical do feminismo negro, composto por mulheres em situação de cárcere e demais ativistas que formularam a interseccionalidade a partir de dimensões de ruptura estrutural com a ordem. A partir disso, Davis, nos diz que a perspectiva interseccional se referia a corpos, mas que está na hora de referir-se a interseccionalidade das lutas.

Infere-se diante disso que a análise interseccional de Davis, considerando a sua política de radicalidade, no sentido em que observa as dimensões estruturantes das relações de sexo/gênero, raça e classe da sociedade capitalista, cumpre a função que a análise da teoria consubstancial nos oferece em sua totalidade de dimensões objetivas e subjetivas a respeito da vida das mulheres. Desse modo, destacamos mais uma vez que a discussão não se trata tão somente de disputa semântica, e debates sectários que tendem a nos afastar ainda mais. O intuito dessa pesquisa diz respeito ao esforço teórico-político de que o movimento feminista crítico supere seus limites e contradições e desse modo apreenda toda a complexidade das relações sociais que estruturam o capitalismo hetero-patriarcal e racista, fugindo dos caminhos tortuosos que o feminismo burguês nos oferece, e sem deixarmos nenhuma de nós para trás. É

somente considerando a especificidade de nossas pautas, e respectivamente a nossa diversidade no interior da classe trabalhadora é que teremos condições de organizarmos a resistência e a superação da sociedade do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos apresentados concluímos que a perspectiva interseccional se observada analiticamente torna-se insuficiente para a apreensão total das opressões e exploração da força de trabalho sob as quais as mulheres negras, pobres, LGBTs são submetidas na sociedade capitalista. Por sua concepção cartográfica e hierarquizante ela tende a esconder e isolar questões centrais de análise e desse modo não oferece o enfrentamento a estrutura classista, racista e patriarcal da sociedade capitalista.

Diante disso, os movimentos do feminismo negro interseccional que não consideram as questões de classe, sexo, e raça de modo imbricado, não estão de fato se comprometendo com a ruptura do sistema de opressão e exploração, por mais que em suas discussões esses elementos apareçam. O ponto central, dessa forma, é não somente considerar sexo/gênero, raça e classe, mas compreendê-las de modo estruturante, como consideramos possível a partir da utilização da perspectiva consubstancial.

Todavia, há de se considerar, no entanto, as distintas dimensões teórico-políticas que se apresentam a partir da concepção da interseccionalidade. Exemplo disso é a produção intelectual e política de parte do movimento feminista negro que de modo indispensável analisa a imbricação da classe, da raça e do gênero, como é possível observar nas ideias de Akotirene, Patrícia Hill Collins, e de modo mais complexo em Ângela Davis. Seguindo esse entendimento, o papel do *Black Feminist* interseccional e crítico foi fundamental para provocar o avanço das considerações em relação a classe, raça/ etnia e sexo/gênero, que o movimento feminista francófono e materialista não foi capaz de visualizar inicialmente, apesar das contribuições anteriores de Flora Tristan e Colette Guillaumin, por exemplo.

Também há de se considerar em direção semelhante que o movimento feminista materialista histórico desenvolveu elementos fundamentais para fazer avançar a teoria marxiana, como as questões da reprodução social e a divisão sexual e racial do trabalho. Sem estas discussões, ainda em curso, ainda estaríamos deixando de considerar o trabalho indispensável na reprodução da força de trabalho, feito por mulheres do mundo inteiro, e deixaríamos de fora toda a potencialidade que essas mulheres representam considerando o seu papel fundamental na reprodução social.

A crise estrutural do capital, atrelado ao avanço do conservadorismo nessa direção tem precarizado cada vez mais as relações de trabalho, significando deste modo, e mais do que nunca, os maiores índices de acumulação capitalista. Essa acumulação, por sua vez, tem relação direta com o controle subjetivo e material de nossas vidas. A moralização dos corpos femininos negros não esconde as duras marcas do passado de escravidão, violento e estuprador, dos quais as mulheres negras nunca se libertaram. Ela também esconde o modo em que a monogamia e a imposição da heterossexualidade estruturam a família como um dos eixos de sustentação do sistema capitalista.

Se a modernidade nunca nos considerou dignas de direitos e naturalizou as nossas diferenças, o neoliberalismo, no auge de seu casamento com a moralidade, nos desumaniza por completo e utiliza os nossos corpos como ferramentas de sua infinita acumulação. Diante disso, há de se compreender que chegamos em um patamar histórico em que as falhas teóricas e políticas que nos dividiram enquanto movimentos de mulheres, necessariamente podem e devem ser superadas. Sabermos identificar os movimentos que de fato escolheram o lado das reformas do capital, e os que buscam, intrinsecamente em suas lutas, uma nova ordem societária, tornou-se historicamente urgente, a ponto de estarmos nós e a própria natureza em risco.

Sendo assim, o método marxiano, que elabora a teórica crítica, e metodologias de análise como a consubstancialidade, livre de economicismo e politicismo, tende a nos oferecer dialeticamente a relação com uma política transformadora do sistema de exploração em curso. Todavia, a política, se alinhada rigorosamente com o entendimento estrutural da sociedade capitalista tem condições de cumprir o seu objetivo revolucionário.

É, portanto, desse modo, que Angela Davis cumpre de modo inspirador o papel de referência contemporânea e de crítica radical à sociedade capitalista, racista e hetero-patriarcal. Em suas obras a autora menciona a necessidade de que a compreensão do racismo e das questões étnicas sejam internacionalizadas. Para a marxista e socialista, é necessário a intersecção das lutas, isto é, o internacionalismo! Assim sendo, tanto as questões raciais sofridas pelo o povo palestino, como a luta das mulheres carcerárias, por todo o mundo, deve ser considerado! Nessa direção, Davis reivindica a necessária organização da política por meio de sindicatos e a utilização da greve devem ser instrumentos de nossos dias.

Por fim, é necessário buscarmos historicamente as lições do passado, e nos inspirarmos com o presente de lutas em curso! Nessa direção, o movimento *Black lives matter*, que explodiu recentemente em parte do mundo, pode ser a fagulha de um futuro de lutas e processo revolucionário. Se atrelarmos o potencial de movimento como este, em organização política e pararmos as ruas e os trabalhos: domésticos não pagos, domésticos mal pagos, e das trabalhadoras subvalorizadas por todo o mundo, estaríamos dando passos importantes na organização das mulheres.

Em 1917 fomos a chama que acendeu a revolução de outubro. Em 2015, o movimento *Ni una a menos* se alastrou pelo mundo e organizamos uma greve geral de mulheres que foi histórica. É urgente paramos de lutarmos somente pelo pão, é hora de lutarmos também pelas rosas. Unidas em nossa diversidade em torno de um programa antirracista, socialista, anticapitalista e antipatriarcal, buscaremos a transformação radical da ordem societária, até que todas sejamos livres!

REFERÊNCIAS

- DAVIS, Angela. Uma autobiografia.1, Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.
- Almeida, Silvio. Racismo Estrutural (Feminismos Plurais). Pólen Livros. Edição do Kindle.
- Alves Moreira Neto, Estevam. “Método Científico: Uma Abordagem Ontológica (IvoTonet).” *Revista Novos Rumos*, vol. 52, no. 2, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus O Trabalho Sob Fogo Cruzado (Pandemia Capital)*. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2, Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., São Paulo: Boitempo, 2009.
- Barroco, Maria Lúcia S. “Não Passarão! Ofensiva Neoconservadora e Serviço Social.” *Serviço Social & Sociedade*, no. 124, 2015, pp. 623–36, doi:10.1590/0101-6628.042.
- Buonicore, Augusto César. *As Mulheres E a Luta Socialista, 2014*.
- CISNE, C. SANTOS, S. Feminismo, diversidade e sexual e serviço social. São Paulo: Editora Cortez, 2020.
- Cisne, M. (2014). Relações sociais de sexo, “raça” /etnia e classe: Uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, 2(28), 133–149. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p133-149>
- Cisne, Mirla. “Relações Sociais de Sexo, ‘Raça’/Etnia e Classe: Uma Análise Feminista-Materialista.” *Temporalis*, vol. 2, no. 28, 2014.
- Collins, Patricia Hill. “Se Perdeu Na Tradução?” *Parágrafo*, vol. 5, no. 1, 2017.
- Contrarreforma, E. M., and. Ernest Mandei. *Contemporâneo e Estado*.
- COSTA, Marta Rios Alves Nunes. O desafio da igualdade de gênero à luz da herança e das contradições de Rousseau, 2020.
- Davis, Angela *Mulheres Raça e Classe*, São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- Davis, Angela. A liberdade é uma luta constante, São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- Federici, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. Vol. 2013, 2013.
- Ferreira, Veronica Maria. *Apropriação Do Tempo de Trabalho Das Mulheres Nas Políticas de Saúde e Reprodução Social: Uma Análise de Suas Tendências. Apropriação Do Tempo de Trabalho Das Mulheres Nas Políticas de Saúde e Reprodução Social: Uma Análise de Suas Tendências*,2017.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher Estado e Revolução*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- Hirata, Helena. “Gênero, Patriarcado, Trabalho E Classe.” *Revista Trabalho Necessário*, vol. 16, no. 29, 2018.
- Inácio Mirian de Oliveira. *A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo*, 2013.
- Kergoat, Daniele. “Dinâmica e Consustancialidade Das Relações Sociais.” *Novos Estudos CEBRAP*, no. 86, 2010.
- KERGOAT, Daniele. *Lutar, dizem elas...*Recife: Edição corpo, 2018.

KERGOAT. Divisão Sexual Do Trabalho e Relações Sociais de Sexo.Pdf.

Löwy, Michael. "Conservadorismo e Extrema-Direita Na Europa e No Brasil." *Serviço Social & Sociedade*, no. 124, 2015.

MASCARO, Alysson I. Crise e golpe. 1, d. São Paulo: Boitempo, 2018.

Saffioti, Heleieth I. B. "A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES." *Journal of Chemical Information and Modeling*, vol. 53, no. 9, 2013.

Saffioti, Heleieth I. B. "Ordem Patriarcal de Gênero e a Violência Ontogênese e Filogênese Do Gênero." *FLACSO Brasil*, 1992, pp. 1–44, http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf.

Santos, Silvana. "Diversidade Sexual: Fonte de Opressão e de Liberdade No Capitalismo." *Argumentum*, vol. 9, 2017.

Soto Calderón Daysi, Cedeño Soto Nathaly, Parrága Loor Dolores, Quijano Álava Ximena. "Os Desafios Do Feminismo Marxista." *Journal of Chemical Information and Modeling*, vol. 53, no. 9, 2019.

TOLEDO, Cecília (Org.). A mulher e a luta pelo socialismo: Clássicos do marxismo: Marx, Engels, Lenin, Clara Zétkin e Trotsky. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

Tonet, Ivo. *Descaminhos Da Esquerda: Da Centralidade Do Trabalho à Centralidade Da Política*. 2010, pp. 1–32.

TOSCANO, Moema; GOLDEMBERG, Miriam. A Revolução das Mulheres: um balanço do Feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

Wellen, Henrique. Fundamentos Da Gestão Capitalista, 2013.

"Mapeando as margens: interseccionalidade políticas de identidade e violência contra as mulheres não brancas: II interseccionalidade política" de Kimberley Crenshaw. Medium, 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-brancas-21aa0584633b> Acesso: 2020.

1 milhão de mortos por covid-19: gráficos mostram onde o corona vírus se espalha e mata mais. BBCNEWS,2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54339632> Acesso em:2020

7 mil trabalhadores de saúde morreram de Covid em todo o mundo. Medicinasa,2020. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/anistia-pandemia/> Acesso: 2020

AUGUSTO, Otavio. Brasil é o 3º país com mais mortes de profissionais da saúde por Covid-19. Metrôpoles, 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-e-o-3o-pais-com-mais-mortes-de-profissionais-da-saude-por-covid-1> Acesso: 15.10.20

Bolsonaro desvia R\$ 7,5 milhões de verba da covid para programa gerido por Michelle. Brasil de fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/01/governo-bolsonaro-desvia-r-7-5-milhoes-doados-para-testes-de-covid-19>. Acesso em: 10.10.20

Bolsonaro veta parte do perdão a dívidas tributárias de igrejas. Globo, 2020. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/13/bolsonaro-veta-perdao-de-dividas-tributarias-de-igrejas-informa-governo.ghtml> Acesso: 16.10.20

Bolsonaro veta parte do perdão a dívidas tributárias de igrejas. Globo, 2020. Disponível: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/13/bolsonaro-veta-perdao-de-dividas-tributarias-de-igrejas-informa-governo.ghtml> Acesso: 16.10.20.

BRANDALISE, Camila. Mulher não é prioridade no governo diz pesquisadora sobre corte de verba. Uol, 2020. disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/13/mulher-nao-e-prioridade-do-governo-diz-pesquisadora-sobre-corte-de-verba.htm> Acesso: 18.10.20

Brasil perde segundo ministro da saúde sob pressão de Bolsonaro para abrir a economia e por uso da cloroquina. Elpaís, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-15/brasil-perde-segundo-ministro-da-saude-sob-pressao-de-bolsonaro-para-abrir-economia-e-por-uso-da-cloroquina.html> Acesso: 16.10.20

CENTENO, Ayrton, Brasil tem record de mortes de profissionais da enfermagem por covid-19. BrasildeFato,2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/19/brasil-tem-record-de-mortes-de-profissionais-da-enfermagem-por-covid-19> Acesso: 15.10.20

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Califórnia Los Angeles, 2002.
Desemprego. IBGE, 2020.Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso: 17.10.20.

Em um mês médicos registraram 31 mil denúncias de falta de equipamentos de proteção para atuar contra o corona vírus, diz associação. Globo, G1, 2020. Disponível em:<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/21/em-1-mes-medicos-registraram-31-mil-denuncias-de-falta-de-equipamentos-de-protacao-para-atuar-contr-o-coronavirus-diz-associacao.ghtml> Acesso: 20.10.20

MACHADO, Adriano. Governo Bolsonaro impõe apagão de dados sobre a covid-19 no Brasil em meio à disparada das mortes. Brasil de fato, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html> Acesso: 10.10.20

Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres não brancas” de Kimberle Crenshaw – parte 1/4. Geledes.org, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contr-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/> Acesso: 2020.

Ministério divulga protocolo que libera no SUS uso de cloroquina até em casos leves de Covid-19. Globo, G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/20/ministerio-da-saude-divulga-protocolo-que-libera-uso-de-remedio-para-malaria-para-covid-19.ghtml> Acesso: 15.10.12

Mulheres e negros são os mais afetados pela Covid-19, no Brasil. DW, 2020. Disponível em:<https://www.dw.com/pt-br/mulheres-e-negros-s%C3%A3o-os-mais-afetados-pela-covid-19-no-brasil-aponta-ibge/a-54303900> Acesso: 20.10.20

Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia. Projeto Colabora, 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/> Acesso: 20.10.20

OLIVEIRA, Joana. Abortos legais em hospitais de referência no Brasil disparam na pandemia e expõem drama da violência sexual. Elpaís, 2020. disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-30/abortos-legais-em-hospitais-referencia-no-brasil-disparam-na-pandemia-e-expoem-drama-da-violencia-sexual.html> - Acesso 02.11.20

OLIVEIRA, Sheila. Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil>. Acesso: 16.10.20

Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou corona vírus da patroa no Leblon. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm> Acesso: 16.10.20

Produção de cloroquina coloca Bolsonaro na mira da justiça. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2020/08/03/producao-de-cloroquina-coloca-bolsonaro-na-mira-da-justica.htm> Acesso: 15.10.20

Profissionais infectados por Covid-19 informado pelo serviço de saúde. Observatório da enfermagem, 2020. Disponível em: <http://observatoriodaenfermagem.cofen.gov.br/> Acesso: 15.10.20

Protagonismo feminino na saúde mulheres são a maioria dos serviços e na gestão do Sus. Conasems, 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus>. Acesso: 02.11.2020 Acesso: 10.10.20

Protagonismo feminino na saúde: mulheres são a maioria nos serviços e a gestão do SUS. Conams, 2020. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/> acesso: 10.10.20

VALENTE, Jonas. Covid-19: 257 mil profissionais de saúde foram infectados no Brasil. AgenciaBrasil,2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-08/covid-19-257-mil-profissionais-de-saude-foram-infectados-no-brasil> Acesso: 15.10.20

Violência doméstica: durante a pandemia de Covid-19 - 16 de abril de 2020. Fórum brasileiro de segurança pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf> Acesso: 2020.

COLLINS, Patricia H. Feminismo negro e a política do empoderamento. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3xOO50dr3bk&ab_channel=TVBoitempo.

IPEA. Atlas da violência, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf acesso: 2020.

STJ mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a Maria do Rosário. G1, globo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml> Acesso: 2020.

